

# Acção Socialista



N.º 1339 24 Novembro 2009

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

ENTREVISTA A FRANCISCO ASSIS, LÍDER DO GP/PS

## “Abertura para negociação séria com os vários partidos da oposição”



Na sua primeira grande entrevista ao “Acção Socialista”, o novo líder parlamentar do PS, Francisco Assis, manifesta abertura para viabilizar propostas da oposição que concorram para “a construção ou soluções das mais diversas áreas do Governo”. Considera, por outro lado, que sem perder firmeza na defesa dos “nossos princípios” é sempre possível negociar tanto à esquerda como à direita.

Sobre as iniciativas legislativas em matéria de corrupção, diz que o fenómeno não deve ser combatido “com falsos moralismos beatos” nem com recurso à demagogia, “porque isso só alimenta a própria corrupção”. O presidente do GP/PS refere que vai aproveitar os dias em que não há plenário nem comissões para se deslocar aos distritos acompanhado pelos deputados desses mesmos distritos.

Governo

▪ Proibidas taxas multibanco 20

▪ Aumentos das pensões e novas regras para o subsídio de desemprego 19

▪ Agricultores recebem ajudas no valor de 300 milhões 13

Parlamento

Distribuição dos deputados do PS nas Comissões Parlamentares 10

Ciência

Portugal deu salto histórico na investigação



11

Colaboram nesta edição

**Bravo Nico**  
**Luís Miguel Ferreira**  
**Paula Nobre de Deus**  
**Miguel Freitas**  
**Vitalino Canas**

## TRÊS PERGUNTAS A ANTÓNIO CORREIA DE CAMPOS

O eurodeputado socialista António Correia de Campos foi eleito, no passado dia 11 de Novembro, primeiro vice-presidente do painel de avaliações científicas do Parlamento Europeu STOA – Science and Technology Options Assessment. O “Acção Socialista colocou-lhe, a propósito, três questões:



### Como encara este desafio?

As funções deste painel de 15 membros do PE são semelhantes às das comissões parlamentares de avaliação de tecnologias existentes em muitos parlamentos. O Congresso dos EUA tem uma agência chamada Health Technology Assessment (HTA), onde me habituei a encontrar os melhores estudos de avaliação de novas tecnologias aplicadas à Saúde, para referir uma área que conheço. O STOA tem apenas 20 anos e já tem um registo muito importante de avaliação de muitas inovações tecnológicas em matéria de sistemas de informação, telecomunicações, física de partículas, energias alternativas, neurociências, nanotecnologia, biologia do desenvolvimento, entre outras áreas de grande crescimento científico actual. Participar no executivo do painel como seu primeiro vice-presidente e depois, na segunda metade do mandato, como seu presidente, faculta a um deputado português um contacto directo com os grandes centros europeus de inovação e desenvolvimento, uma vez que cada avaliação passa a conhecer o que de mais avançado se realiza na Europa. Observatório privilegiado que só tem utilidade plena se essa informação for depois transmitida aos países-membros e, naturalmente, ao sistema científico nacional. O que conto fazer.

### Quais os principais desígnios deste painel?

Os projectos cuja avaliação se prepara, neste momento, são cinco: Opções tecnológicas no transporte urbano (um problema nunca resolvido e agora mais premente, devido à necessidade de reduzir as emissões de carbono) E-Democracy, (usando mecanismos electrónicos de voto e de comunicação validada à distância). Segurança na nanotecnologia (devido à nano dimensão das partículas, colocam-se sérios problemas para os que as manipulam e os que as absorvem, voluntariamente como medicamentos, ou involuntariamente pelo sistema respiratório). Impacto da transferência de conhecimento originado em investigação realizada no sector público. Tecnologia transfronteiriça (cooperação, sinergias e redistribuição eficiente de esforços). Temas de Ciência pura e também de sociologia e gestão da Ciência.

### Em que medida o painel permitirá uma maior uniformização dos critérios de avaliação científica no seio da União Europeia e de que forma isto poderá ter um reflexo positivo no desenvolvimento do nosso país?

O painel STOA é uma peça do Parlamento, não intervém na avaliação dos projectos apresentados à Comissão no âmbito do VII Programa Quadro de Investigação. Mas, tudo se interliga, pois conhecemos os eixos prioritários dos apoios actuais da Comissão, hoje sujeitos a pesadas críticas pelo excesso de burocracia que envolvem, e a Comissão é chamada frequentemente às nossas comissões parlamentares para se explicar sobre a forma como decorre a execução do Programa-Quadro. Na escolha das tecnologias que avaliamos este capital de conhecimentos está sempre presente. Sem ter um poder directo, o painel STOA exerce um magistério de influência proporcional à qualidade dos projectos que desenvolve. **M.R.**

## Alberto Martins quer mais credibilidade para o sistema judicial



O REFORÇO da credibilização do sistema judicial foi o objectivo central do Conselho Consultivo da Justiça que decorreu em Lisboa, no passado dia 18 de Novembro, afirmou o ministro da tutela, Alberto Martins, em declarações à Comunicação Social.

“A confiança, o prestígio e a credibilidade da Justiça a todos nos envolve. Todos os que participaram na reunião manifestaram o seu empenho em dar um contributo sólido para que o prestígio da Justiça se reforce”, disse Alberto Martins, no final da reunião que teve lugar no ministério que actualmente lidera e que contou, entre outros, com a presença do presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, do presidente do Sindicato dos Funcionários Judiciais, do provedor de Justiça, do presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do

presidente do Supremo Tribunal Administrativo e do procurador-geral da República.

Esta foi a primeira vez em vários anos que este Conselho Consultivo se reuniu, desta vez por iniciativa do novo ministro da Justiça.

Na ocasião, Alberto Martins salientou o clima de “grande diálogo” e de partilha de responsabilidades que é preciso manter e aprofundar na tarefa colectiva de contribuir para o reforço da credibilidade do sistema judicial.

“Houve um clima de diálogo que é auspicioso”, enfatizou, revelando que durante o encontro foram identificados e discutidos os problemas do sector, designadamente a celeridade e a eficácia da Justiça, a questão do acesso dos cidadãos aos tribunais e os problemas da investigação criminal.

Um dos problemas que dominaram a reunião foi a questão da

“confiança dos cidadãos na Justiça”, tendo o ministro considerado que a iniciativa constituiu “um passo muito importante” nesse domínio, nomeadamente para restaurar a credibilidade da Justiça.

O titular da pasta da Justiça referiu também que nesta reunião houve “procura de consensos”, sublinhando que do Conselho Consultivo resultou um “sinal político” e que o Ministério da Justiça está “muito empenhado em melhorar o funcionamento” dos tribunais e “em aprofundar uma postura de diálogo e de responsabilização” no interior do sistema.

Alberto Martins revelou ainda que estas reuniões são para continuar, havendo a intenção de as repetir de dois em dois meses, de forma a “auscultar e partilhar soluções legislativas” neste “fórum de discussão dos problemas da Justiça que é o Conselho Consultivo”. **M.R.**

## Arquivadas escutas ao primeiro-ministro

FRANCISCO Assis, líder parlamentar do Partido Socialista congratulou-se com o arquivamento das escutas com as quais se pretendeu envolver José Sócrates, no processo “Face Oculta”.

Esta decisão do procurador-geral da República vem provar, na opinião de Francisco Assis, que não havia nenhuma razão para que o primeiro-ministro tivesse sido alvo de tantos e tão diversos ataques, lamentando que não tivesse havido neste processo “o rigor e a seriedade que se deveria exigir também num Estado de Direito democrático”.

Assis recordou que Pinto Monteiro considerou que nas diversas escutas telefónicas que envolviam o primeiro-ministro “não existiam

elementos probatórios que justificassem a instauração de procedimento criminal” razão por que ordenou o arquivamento dos documentos.

O líder parlamentar lamentou o triste espectáculo a que o país foi obrigado a assistir nas últimas semanas, “de uma tentativa clara de decapitação política do Governo e do PS” feita de uma forma “totalmente inaceitável”, e que mais não pretendia do que politizar um processo judicial e fazer a “judicialização da vida política”.

Para Francisco Assis, é absolutamente lamentável o que se passa em Portugal com a “sistemática violação” do segredo de justiça, considerando que esta postura

põe não só em causa o direito ao bom nome das pessoas, mas que coloca igualmente em sérias dificuldades a necessária eficácia da investigação criminal.

Para o dirigente socialista, os responsáveis políticos devem manter uma “postura de rigor e de seriedade”, porque a vida política “não se pode compadecer com atitudes oportunistas, nem dar origem à cedência de qualquer tipo de tentação populista”.

Após considerar como fundamental o combate sério à corrupção em Portugal, Assis não deixou contudo de sublinhar que esta postura terá de ser partilhada por todos “sem a preocupação de saber quem parece mais interessado nesse combate”. **R.SA.**

# Governo prepara infra-estrutura para abrir portas a mais internacionalização

CRIAR uma nova articulação entre os ministérios mais relevantes na área da internacionalização, com particular destaque para os da Economia e dos Negócios Estrangeiros, é uma prioridade imediata do Governo, assegurou o ministro Vieira da Silva, na conferência “Os caminhos da internacionalização”, que decorreu em Lisboa.

Na ocasião, o ministro da Economia referiu que passará a existir uma estrutura de coordenação permanente para apoiar as empresas na estratégia de comercialização e internacionalização e um fundo de apoio financeiro à modernização das empresas, no montante de 250 milhões de euros.

Vieira da Silva avançou também que será criado o programa Inovexport, a ser lançado no primeiro trimestre de 2010, envolvendo 1500 novos quadros para as PME, com vista a reforçar as vendas e a promoção das exportações portuguesas.

Uma nova estrutura para apoiar



as PME vai ser também criada, com 14 “novos pontos focais” em todo o país, assente no IAPMEI

– Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, e na AICEP – Agência para o

Investimento e Comércio Externo de Portugal.

Tudo isto, vincou Vieira da Sil-

va, porque “a internacionalização é crucial para a nossa economia, essencialmente porque Portugal precisa de ter um crescimento económico acelerado, sustentado e aberto ao mundo”.

“A internacionalização é hoje a questão mais decisiva para a economia portuguesa. Agora é-o por razões acrescidas, pois necessitamos de um crescimento mais rápido para ter uma economia ganhadora e internacionalizada”, frisou o governante.

O ministro adiantou que o Conselho de Ministros ia proceder “a algumas alterações que passam por um maior envolvimento das empresas na definição das estratégias, das prioridades de mercado e das prioridades de desenvolvimento empresarial”.

Segundo Vieira da Silva, o Governo quer reforçar o papel das políticas públicas no caminho da internacionalização, tendo lembrado que foi já anunciada a criação do Conselho Superior para a Internacionalização. M.R.

## IP8 vai dar oportunidade de emprego a oito mil portugueses

A CONSTRUÇÃO do IP8 vai dinamizar a actividade económica em toda a região do Baixo Alentejo e contribuirá para fazer baixar a taxa de desemprego, uma das prioridades do Governo, disse o primeiro-ministro, José Sócrates, durante a cerimónia que assinalou o início dos trabalhos do desta via que ligará o porto de Sines ao aeroporto internacional de Beja.

De acordo com o primeiro-ministro, “a melhor forma de combater o desemprego é fazer investimentos como a auto-estrada Sines-Beja”, uma via com perfil de auto-estrada (extensão de 95 quilómetros) cuja construção dará oportunidade de emprego a oito mil portugueses.

“Estamos a fazer aquilo que podemos: mais investimento para dar mais oportunidades às empresas, para dar mais emprego e para modernizar o país. É desta forma que se combate o desemprego”, afirmou Sócrates, vincando que “num momento em que o desemprego sobe em todo o mundo, a nossa mensagem é que não deixaremos os desempregados sozinhos, que tudo faremos para desenvolver os mecanismos sociais que permitam acompanhar essas pessoas e que permitam ao Estado desenvolver actividades necessárias para que essas pessoas possam recuperar o emprego”.

Perante uma centena de convidados, entre os quais a maioria dos autarcas da região, José Sócrates disse que as obras no IP8 representam um investimento público que se realiza “para combater a crise, para dar mais oportunidades de emprego, para modernizar

a economia nacional, mas também por uma questão de justiça com o Alentejo, para realizar os objectivos de coesão nacional, para fazer aquilo que já devia estar feito e que para muitos, incompreensivelmente, não se fez no passado”.

Sócrates salientou ainda que a nova auto-estrada, que deverá estar concluída em 2011, vai melhorar as acessibilidades no Baixo Alentejo, diminuir a taxa de sinistralidade e melhorar a competitividade da economia portuguesa e a qualidade de vida na região alentejana.

### Investimento público é estratégico

“O investimento público é hoje absolutamente crucial no combate à crise e ao relançamento da economia”.

Palavras proferidas pelo ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, António Mendonça, por ocasião do início das obras da concessão da auto-estrada do Baixo Alentejo.

Para António Mendonça, os recursos públicos devem ser prioritariamente “canalizados para projectos com impactos favoráveis ao emprego” e às empresas, recordando que o sector da construção é estratégico para Portugal.

Por isso, defende que este sector não pode deixar de merecer por parte do Estado “um estímulo num momento de dificuldades acrescidas”, representando o investimento público um aspecto fundamental “para



alavancar o investimento privado e para reanimar a economia”.

“Só com emprego se pode reconstruir a economia”, acrescentou ainda António Mendonça, para garantir estar absoluta-

mente seguro que depois do conjunto de investimentos que se estão a realizar no domínio das infra-estruturas, nomeadamente rodoviária, “a economia nacional ficará mais forte e competitiva”. M.R. e R.S.A.

# Luta contra o desemprego é o grande desígnio do Governo

À MEDIDA que a recuperação da economia portuguesa prossiga, os níveis de desemprego tenderão a descer, numa diminuição que poderá sentir-se já em 2010, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, reagindo aos últimos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatísticas que revelaram um agravamento neste indicador.

“No segundo trimestre de 2009, nota-se já uma reanimação e uma recuperação da economia portuguesa, mas a verdade é que isso não chegou ainda ao mercado de emprego e, por isso, a nossa economia continua a perder empregos”, admitiu Sócrates, em Santiago do Cacém, onde manifestou a sua “convicção” de que no próximo ano haverá uma melhoria perceptível na taxa de desemprego no país.

Confrontado com as previsões do INE, que apontam para uma taxa de desemprego de 9,8% no terceiro trimestre de 2009 (9,1% observados no trimestre anterior), Sócrates reafirmou que se trata de um problema resultante da crise internacional, mas que deve estar no topo das prioridades de qualquer acção governativa.

“O crescimento do nosso desemprego acompanha o que foi o crescimento do desemprego na Europa e nos Estados Unidos. Esse crescimento é resultado do abrandamento da situação económica em 2008 e 2009”, disse.

Já a ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, Helena André, adiantou que o Executivo vai retomar em 2010 as medidas postas em prática este ano para combater o desemprego e apoiar as empresas.

“A luta contra o desemprego é o



grande desígnio do Governo neste momento”, sublinhou, reconhecendo estar surpreendida com o agravamento do desemprego em Portugal.

No final de uma ronda de encontros com os parceiros sociais, Helena André disse aos jornalistas que o Governo está aberto e disponível para receber sugestões com vista a relançar o emprego.

Quanto a perspectivas sobre a evolução do mercado de trabalho, a ministra afirmou-se mais optimista quanto ao próximo ano, dizendo esperar que o desemprego comece a baixar “no início de 2010”.

Por sua vez, o ministro da Eco-

nomia, Vieira da Silva, defendeu ser necessário “concentrar esforços” na recuperação do crescimento económico e nos apoios ao emprego, recusando que os últimos números do desemprego sejam culpa do Governo, como os partidos da oposição querem fazer crer.

Confrontado com os números do INE, o governante lembrou que “é difícil” travar o desemprego quando se atravessa uma crise económica “com a dimensão da que o mundo atravessa”.

“Quer quando se inicia uma crise, quer quando se inicia a saída dessa crise, os efeitos no sistema de emprego são um pouco mais

atrasados, ou seja, nem se sentem tão rapidamente os efeitos negativos de uma crise, nem quando começa a haver já sinais positivos de recuperação económica”, sustentou Vieira da Silva, em declarações aos jornalistas, no final da sessão de abertura do seminário da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações (APDC).

Segundo o ministro da Economia, mesmo quando há sinais de retoma, “como aconteceu em Portugal no último trimestre”, esses sinais “não são suficientes para fazer face à dimensão da crise, levar as empresas a contratarem

mais gente, a terem planos mais agressivos de reforço da sua capacidade que passe pelo aumento de emprego”.

“Infelizmente é essa a fase que estamos a viver. Temos que concentrar esforços na recuperação do crescimento económico e nos apoios ao emprego para que possamos enfrentar esta crise com o menor dano possível”, sublinhou.

Também o secretário de Estado do Emprego e da Formação reagiu aos números do INE e considerou ser necessário “esperar algum tempo”, até que as melhorias macroeconómicas se reflectam no mercado de trabalho.

“Em relação aos indicadores macroeconómicos, parece que estamos melhor em relação aos outros países. Mas até que essas melhorias se reflectam no mercado laboral será necessário esperar”, frisou Valter Lemos.

Manifestando “grande preocupação” por esta subida, situação que justificou com a crise internacional, Valter Lemos apontou a diminuição do número de desempregados entre os trabalhadores qualificados.

“Nestes números há um aspecto que merece relevância. Apesar da subida da taxa de desemprego, verifica-se uma diminuição junto dos jovens licenciados. A melhoria da qualificação dos trabalhadores, uma prioridade deste governo, está a mostrar alguns resultados”, frisou.

Recorde-se que a taxa de desemprego estimada para o terceiro trimestre de 2009 é superior ao valor registado no período homólogo de 2008 em 2,1 pontos percentuais. **M.R.**

## Há défice de cidadania em relação à violência doméstica

A SECRETÁRIA de Estado da Igualdade, Elza Pais, manifestou-se descontente com o facto de em Portugal as denúncias sobre violência doméstica serem feitas na sua larga maioria pelas vítimas, considerando que ainda existe “um défice de cidadania”.

“A violência doméstica é um crime público desde 2000, isto quer dizer que qualquer pessoa deve denunciar este tipo de crime e apoiar, o que é certo é que as denúncias são feitas sobretudo pelas vítimas, portanto há aqui como que um défice de cidadania”, disse a secretária de Estado da Igualdade.

Para Elza Pais, “cada um de nós” deve apoiar as pessoas vítimas de violência doméstica e que “estão a necessitar de ser ajudadas”.

A secretária de Estado, que falava a propósito da estreia da peça de teatro “E a mulher teve morte quase instantânea”, que aborda a temática da violência doméstica, considerou que este tipo de eventos culturais são mais um “alerta à consciência social de todos os



portugueses”, sendo “a cultura uma óptima forma de passar a mensagem”.

Elza Pais sublinhou também que o nú-

mero de queixas têm aumentado, mas o objectivo do Governo “é que a violência doméstica diminua e que o número de

queixa continue a aumentar”.

Segundo a secretária de Estado, o aumento das queixas “é sinal de que as pessoas deixem de ter vergonha de denunciar um crime e de violências que tem vivido muito encerradas no quadro das famílias”.

“A violência doméstica já está na agenda social, política e neste momento começa a estar na agenda cultural, o que é muito importante para combater um comportamento que só leva à destruição das pessoas e até à morte física de uma delas”, afirmou.

Elza Pais anunciou ainda que no próximo dia 25 vai ser lançada em Portugal uma nova campanha contra a violência doméstica, iniciativa que vai decorrer em simultâneo em todos os países ibero-americanos.

A campanha, com uma “mensagem forte”, visa alertar “os homens e mulheres para relacionamentos de amor, valorização do afecto e rejeição da violência”, além de passar a mensagem “de que quem agride o outro também se agride a ele próprio”.

Francisco Assis, líder do GP/PS

# “Abertura para negociação séria com os vários partidos da oposição”

Na sua primeira grande entrevista ao “Acção Socialista”, o novo líder parlamentar do PS, Francisco Assis, manifesta abertura para viabilizar propostas da oposição que concorram para “a construção ou soluções das mais diversas áreas do Governo”. Considera, por outro lado, que sem perder firmeza na defesa dos “nossos princípios” é sempre possível negociar tanto à esquerda como à direita no quadro complexo do actual espectro parlamentar.

Sobre as iniciativas legislativas em matéria de corrupção, diz que o fenómeno não deve ser combatido “com falsos moralismos beatos” nem com recurso à demagogia “porque isso só alimenta a própria corrupção”.

De acordo com Francisco Assis, a solução encontrada para a constituição da direcção da bancada socialista teve como critérios a paridade, a experiência, a novidade e a diversidade. Tendo em vista reforçar a visibilidade da acção parlamentar, o presidente do Grupo Parlamentar do PS (GP/PS) refere que vai aproveitar os dias em que não há plenário nem comissões para se deslocar aos distritos acompanhado pelos deputados desses mesmos círculos eleitorais.



**Quais são, em seu entender, os principais desafios que se vão colocar ao Grupo Parlamentar do PS na legislatura que agora começa?**

O maior desafio é saber sustentar a acção do Governo e ao mesmo tempo ter abertura para uma negociação séria, transparente e exigente com os vários partidos políticos da oposição. O Governo apresentou o seu programa aqui há dias e essa tem que ser a base de referência da sua actuação. O país precisa de um Governo que governe e não de um Governo que finja que governa. O Governo para governar tem que ter uma linha de orientação clara que

aliás foi apresentada e discutida no Parlamento. Agora o Governo tem legitimidade para conduzir a sua política de acordo com essas opções. Mas, ao mesmo tempo, não dispomos de maioria absoluta na Assembleia da República e, portanto, vamos ter que ter abertura para procurar estabelecer alguns consensos. E nós temos a vantagem de sermos um partido que consegue falar com quem está à nossa esquerda e à nossa direita.

**Nessa perspectiva, qual deve ser então a postura de um Grupo Parlamentar como o do PS que apoia um Governo com maioria**

**relativa na Assembleia da República?**

A postura tem de ser de grande fidelidade aos nossos princípios, de grande capacidade de sustentação inteligente da acção do Governo e de abertura para a incorporação de sugestões que não ponham em causa o essencial desses princípios de orientação. Isto é, o Governo tem um programa e esse programa é a carta de identidade do Governo e é referência de toda a sua actuação. Nós não podemos ter um governo zigzagueante, que em nome da vontade de permanecer no poder estivesse disponível para acolher propostas que descacterizassem o essencial do



“Nós não vamos estar inactivos, mas também não nos vamos deixar dominar por nenhum frenesim demagógico que já percebemos que não concorre para bons resultados para combater este fenómeno [a corrupção]”

seu programa. Tal não podemos ter. Temos que ter uma linha de orientação clara e é por ela que nos devemos pautar. E, ao mesmo tempo, há que ter essa abertura. E há variadíssimas áreas em que é possível obter com vários partidos da oposição. E essa especificidade que nós temos que nos permite nalguns assuntos falar mais facilmente com partidos situados à nossa direita em diversos assuntos e também noutros assuntos facilmente com partidos situados à nossa esquerda, constitui um elemento fundamental nesta fase da vida política portuguesa.

#### O que pode esperar o Governo da acção do Grupo Parlamentar do PS?

Esperará naturalmente sempre uma relação leal. O Governo emana do Parlamento. O Governo é sustentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Todos estamos inseridos no mesmo projecto. A nossa vontade é de apoiarmos a acção do Governo, apoiando sempre de forma exigente, de forma crítica, mas apoiamos claramente a acção do Governo promovermos iniciativas que concorram elas próprias para a afirmação do projecto político em que estamos inseridos. E é nesse sentido que eu sempre colocarei as questões. A autonomia do Grupo Parlamentar é conhecida. Está consagrada. Não é preciso estar a solicitá-la todos os dias. Da parte do Governo há um profundo respeito pela Assembleia da República e há um profundo respeito pelo Grupo Parlamentar. José Sócrates é o primeiro-ministro que veio mais vezes ao Parlamento. E esse respeito que ele manifesta ter pelo Parlamento evidentemente também o tem pelo Grupo Parlamentar do PS. E neste período que levo de liderança da bancada socialista tenho verificado que os ministros têm tido a mesma atitude de profundo respeito pela Assembleia da República, pelo Grupo Parlamentar e a preocupação de articular posições connosco, preocupação de discutir e isso é absolutamente fundamental para o sucesso nesta fase que é mais difícil que a anterior, para o sucesso do nosso projecto.

Considera pois que vai haver a vinda mais vezes dos ministros a reunirem-se com o

#### Grupo Parlamentar para melhor articulação política?

Os ministros têm vindo a fazer isso. E espero que o continuem a fazer sem prejuízo da acção do Governo e contribuindo nós próprios para que se perceba que isto não é um governo de assembleia. Mas, sem prejuízo da acção do Governo, é evidente que se impõe uma boa articulação entre o GP/PS e os vários governantes. Isso far-se-á, por um lado, pela minha relação directa com o primeiro-ministro e com membros do Governo, e da direcção do Grupo Parlamentar, mas também numa coisa que quero valorizar que é a relação dos deputados das comissões com os governantes das respectivas áreas. Isso é para mim absolutamente fundamental e vamos apostar muito nisso. O facto de termos como ministro dos Assuntos Parlamentares Jorge Lacão, que é um homem que conhece muito bem o Grupo Parlamentar e a vida parlamentar, julgo que contribuirá para que tudo isto corra bem.

#### E como espera relacionar-se restantes bancadas parlamentares?

Com exigência e com respeito. Nós temos a nossa própria linha de orientação, os nossos calendários, as nossas prioridades. Eles terão as deles. Nós respeitamos as deles e exigimos que eles respeitem também as nossas. Eu creio que agiremos com firmeza sempre que tal se imponha, com abertura para o diálogo como atitude permanente. É nessa base que procurarei estabelecer as relações com as demais bancadas. Nós temos diferenças claras. Essas diferenças são notórias e manifestas no debate parlamentar. Mas o Parlamento também existe para que as pessoas na discussão se abram uns aos outros e possam evidentemente incorporar, quer nós quer eles, sem sectarismos nem intransigências, contributos dos outros grupos parlamentares. Ninguém tem o monopólio da verdade e das boas soluções. Penso que sem perder a firmeza na defesa dos nossos princípios é possível ter esta atitude de abertura. A vida parlamentar é precisamente o diálogo, é o confronto no diálogo, é o confronto através da palavra. A palavra tem que ser sempre o triunfo de uma inteligência crítica. É nessa perspectiva que nós nos colocamos aqui no Parlamento.

#### Mas, dada a fragmentação do espectro partidário, não acha que vai ser difícil obter alguns consensos? Os consensos vão ser de geometria variável?

Ser de geometria variável permite mais variáveis possíveis. Temos também essa vantagem. Há mais possibilidades com múltiplas variáveis. É complexo mas não é impossível. Eu tenho a noção que nós temos de facto essa vantagem. Há algumas áreas em que notoriamente nós teremos mais facilidade em falar com o PSD ou até com o CDS, mas há outras em que teremos mais facilidade em falar o PCP ou com o BE. Portanto, nós temos que nos situar nesta perspectiva: temos um projecto, um programa e temos uma dada representação do mundo e da sociedade e temos que nos bater pelas nossas propostas com essa dimensão de abertura que referi. Se o fizermos, estou certo que temos condições para negociar quer à esquerda quer à direita.

#### Nessa perspectiva o PS acaba de avançar para a preparação de um conjunto de diplomas anticorrupção, sendo que os restantes partidos da oposição também têm os seus projectos...

Mas nós temos uma grande preocupação que é esta: o fenómeno da corrupção, em primeiro lugar, é um fenómeno universal e não apenas português, e é um fenómeno de todos os tempos praticamente, embora sofra alterações e se adapte e se torne mais complexo com a complexidade crescente das sociedades e que tem de ser combatido. Agora não deve ser combatido com falsos moralismos beatos. Nem deve ser combatido recorrendo à demagogia porque isso só alimenta a própria corrupção. Eu acho que tem de ser combatido com rigor e com seriedade. E, portanto, o que eu propus fazer e que nós vamos fazer aqui no grupo parlamentar é o seguinte: constituímos esta semana um grupo de trabalho liderado pelo deputado Vera Jardim que é um homem como enorme experiência, foi ministro da Justiça, é uma figura de referência na nossa vida pública, e que será integrado por várias personalidades, por vários deputados do GP/PS que têm uma incumbência que lhes solicitei que é fazerem uma avaliação caso a caso das várias propostas

que vão dar entrada na Assembleia da República, uma avaliação de toda a situação do ponto de vista do normativo legal relativamente ao fenómeno corrupção, apresentarão propostas que o Grupo Parlamentar depois estudará e que poderá eventualmente vir a apresentar como iniciativas suas e articular-se-á com o governo. Porque o Governo tem aqui também um papel fundamenta. O ministro da Justiça já assumiu esse papel e já constituiu também ele próprio um grupo de trabalho composto por grandes figuras do direito penal português para estudar soluções para o problema. E é isso que nós vamos fazer. Nós não vamos estar inactivos, mas também não nos vamos deixar dominar por nenhum frenesim demagógico que já percebemos que não concorre para bons resultados para combater este fenómeno. Portanto, nós vamos ter uma postura de grande exigência, de grande rigor, de grande seriedade. E é nessa base que nós vamos trabalhar esta questão.

#### Nesta questão há uma matéria que não consensual que é a do enriquecimento ilícito. Há já alguma posição de princípio?

Sobre essas questões do enriquecimento ilícito e as demais não quero dizer absolutamente nada porque estaria a antecipar aquilo que vai ser o trabalho desse grupo. O que quero adiantar é que nós temos como limite para tudo o que possamos aqui apresentar e esse limite é a não violação de princípios constitucionais. Temos de preservar o Estado de Direito democrático. Para nós isso é absolutamente fundamental, isto é, não há nenhum combate que justifique o suicídio do Estado de Direito, porque então aí já estaríamos a entrar noutro problema. Não há nenhum combate, nenhum tipo de crime que justifique a anulação dos princípios fundamentais de um estado de direito. Portanto, esse é um limite que para nós é absolutamente claro. Dentro desse limite nós estaremos naturalmente disponíveis para estudar as mais diversas soluções.

Como tenciona trabalhar para conseguir a união da bancada socialista em questões ditas fracturantes?



“O PS em abstracto está sempre disponível para viabilizar propostas que concorram para a construção ou soluções das mais diversas áreas da acção do Governo”

A questão fracturante que temos hoje no nosso horizonte é a do casamento homossexual. Sobre isso não creio que há divisão nenhuma no PS, pelo contrário, isso é um compromisso político eleitoral do nosso partido. O PS inseriu e escreveu esse compromisso no seu programa, publicitou-o, aliás não o escondeu. Quem votou no PS sabia que também estava a votar nisso. Assumimos um compromisso perante o país que é o de apresentarmos uma iniciativa legislativa. O Governo já disse que a vai apresentar, será uma proposta de lei que vinculará naturalmente todos os deputados do PS com excepção das duas deputadas independentes do movimento humanista que tem um acordo connosco e que têm uma perspectiva diferente sobre esse assunto. Mas nós, os deputados do PS, estamos vinculados a esse compromisso.

**Em matéria de regionalização o PS avança nesta legislatura com alguma iniciativa ou espera que se forme um consenso?**

O PS deve preocupar-se com o seguinte: é evidente que avançar com um tema dessa natureza implica algum consenso. Mas não podemos adoptar a atitude de quem está à espera de que esse consenso surja espontaneamente porque ele não surgirá, por isso temos que ter iniciativa. Nós vamos avançar com avançar com a discussão. É também um tema que no início do próximo ano tenciono colocar na agenda da discussão interna do próprio Grupo Parlamentar. Em relação à questão da regionalização nós temos que entrar numa outra fase que é uma fase mais detalhada da questão, isto é, nós temos tido no país uma discussão muito em torno de grandes generalidades, de quem é a favor e de quem é contra e ambos os lados exibem três ou quatro argumentos ténues. Agora é preciso perceber o que é e o que se pretende. O mundo mudou desde há vinte ou dez anos a esta parte. O que se pretende é sobre a regionalização também reflectir sobre a sua configuração, quais os poderes, quais as competências e qual a forma de relacionamento entre a administração central e a administração local, quais as fontes de financiamento. É

muito importante perceber isso e determinar isso. Estou certo que o nível de exigência da opinião pública é muito maior e, portanto, as pessoas só estarão disponíveis para participar nunca debate desses se conhecerem com rigor o que é que se pretende fazer. E nesse sentido a minha preocupação é dentro do Grupo Parlamentar iniciar essa discussão e até promovê-la pelo país, mas reproduzindo esses elementos que são de detalhe na questão mas que me parecem fundamentais.

**No dia em que estamos a realizar esta entrevista vão ser debatidos aqui no Parlamento um conjunto de iniciativas dos partidos da oposição sobre a avaliação dos professores. Até que ponto a bancada socialista estará aberta e disponível analisar e viabilizar propostas e soluções oriundas de outros quadrantes políticos?**

O PS em abstracto está sempre disponível para viabilizar propostas que concorram para a construção ou soluções das mais diversas áreas da acção do Governo. E na questão da educação é a mesma coisa. Nós não estamos dispostos para viabilizar propostas que destruam, que impeçam, que adiem, que ponham e causa tudo aquilo que se fez. E fez-se muito e muita coisa muito bem feita. Mas estamos dispostos naturalmente em abstracto, hoje mesmo veremos se o faremos em concreto, vamos decidir isso dentro de algumas horas, propostas que não se situem nessa linha e, pelo contrário, descortinemos uma vontade séria de participar num esforço de construção de soluções que têm que emanar do governo, que têm com fonte e agente fundamental o Governo mas que evidentemente também podem contar com a participação de grupos parlamentares da oposição. E é isso que vamos ver já esta tarde na questão da educação.

**O Parlamento nas suas próprias palavras “recuperou importância e centralidade na vida política portuguesa”. Tem, portanto, uma palavra mais forte do que na anterior legislatura?**

É natural que assim seja. Em todas as democracias quando não há maiorias abso-

lutas, quando o Governo não está assente numa maioria absoluta, o Parlamento ganha centralidade. E isso exige um maior sentido de responsabilidade de toda a gente, quer da maioria relativa, quer das várias minorias que devem ser mais responsabilizadas porque do seu comportamento podem resultar consequências do ponto de vista da estabilidade ou da instabilidade política do país. Portanto, eu acho que é evidente para todos que o parlamento readquiriu aqui uma grande centralidade na vida política e que o país vai olhar com expectativa para a acção do Parlamento.

**Uma das qualidades que lhe apontam é a sua capacidade de negociação, como aconteceu quando liderou a bancada do PS durante os governos de António Guterres. Esta é uma mais-valia da sua liderança nesta gestão?**

É preciso negociar, mas é preciso ter firmeza. Os bons negociadores são pessoas que têm firmeza nos seus princípios, nos seus propósitos. Só se negocia bem se se partir de uma base de grande firmeza. E depois tem que haver essa abertura. É assim que quero trabalhar enquanto líder parlamentar.

**Além das iniciativas legislativas que naturalmente irão ser tomadas que outro tipo de iniciativas pretende desenvolver?**

Promover a discussão sobre os mais diversos assuntos. O GP/PS é o fórum próprio para projectar essa discussão no país e, por outro lado, procurarei também reforçar a ligação do grupo parlamentar com o país. Isso parece-me importante. É preciso que os deputados sejam mais conhecidos, que os deputados tenham mais ligação aos distritos e própria direcção do grupo tem aqui um esforço a fazer. Tenciono aproveitar os dias da semana em que não há sessões plenárias, segunda e uma parte da terça-feira em que não há comissões, para me deslocar aos vários distritos e acompanhando os deputados desses distritos inteirar-me também das questões que se colocam e assim contribuir para reforçar a visibilidade da acção parlamentar.

**Mas vai também organizar colóquios, seminários, conferências?**

Sim, vamos fazer isso com certeza.

**Jornadas parlamentares.**

Com certeza. Vamos fazer umas jornadas parlamentares até ao final do ano.

**Finalmente, a sua equipa de direcção é paritária, integra elementos recentes e outros que estiveram na direcção anterior. Quais os critérios que estiveram na formação da lista?**

Tive essa preocupação que tem uma componente simbólica. Mas os símbolos são importantes na vida política. Um deles foi justamente ter uma direcção paritária. Fi-lo porque temos uma forte representação feminina e de grande qualidade. Há um bocadinho a ideia de que o sistema de quotas favoreceu a entrada de mulheres mas que nem sempre contribuiu para aumentar a qualidade da vida parlamentar. Eu discordo disso. Acho que nós temos mulheres no nosso Grupo Parlamentar com uma grande qualidade e quis dar esse sinal também fazendo uma direcção paritária. Procurei integrar pessoas com experiência de direcção e que vinham de um direcção que funcionou bem que foi a anterior e que esteve à altura e que desempenhou muito bem as funções. E, portanto, procurei integrar as pessoas que já estavam dessa direcção e que tinham trabalhado com Alberto Martins que foi um grande líder parlamentar. E, ao mesmo tempo, procurei as pessoas que do meu ponto de vista estariam em melhores condições para formar uma equipa que seja uma equipa coesa e ao mesmo tempo de pessoas de proveniência diversa e até de sensibilidades um pouco distintas porque isso garante uma discussão prévia dos vários assuntos na direcção do grupo parlamentar. E procurei meter também meter pessoas que vieram de novo agora para a vida parlamentar e que trazem perspectivas novas à vida do Parlamento. Isso parece-me muito importante e estou muito satisfeito com a solução de direcção que encontrei.

## OPINIÃO


**BRAVO NICO**  
 Deputado do PS

*Defender a Escola Pública e garantir o exercício pleno do Direito à Educação fazem parte do código genético de qualquer socialista*

## EDUCAÇÃO: 2005, 2009 E 2013?

AS três datas indicadas no título desta pequena crónica representarão momentos decisivos na evolução do sistema educativo português. Nos oito anos que separam os anos 2005 e 2013, decidir-se-á o rumo que a educação assumirá, o papel que esta terá no desenvolvimento humano, cultural, social e económico do país e, por consequência, o próprio rumo que Portugal seguirá. O rumo que nos haverá de definir um destino: o nosso destino colectivo.

2005/2009 – O período correspondente à X Legislatura foi marcado por um conjunto de reformas de grande escala, em praticamente todos os segmentos do sistema educativo. Deste impulso reformador, resultou uma nova realidade que hoje se revela em cada observação que fazemos: decréscimo nítido dos níveis de abandono e insucesso escolares; maior e mais diversificado conjunto de ofertas formativas; maior operação de sempre, no âmbito da requalificação física e tecnológica do parque escolar; estabilização definitiva no processo de colocação plurianual de docentes; maior cobertura do apoio da acção social escolar; novo modelo de gestão e administração das escolas; novo estatuto da carreira docente e implementação de um novo modelo de avaliação do desempenho dos docentes; regresso de um milhão de adultos aos percursos formais de qualificação; revalorização e dignificação da escola pública, através do reforço de uma cultura de rigor, exigência e confiança social.

2009 – Momento presente, em que, na minha opinião, é fundamental promover dois movimentos: i) o movimento de consolidação de todas as reformas implementadas, que necessitam de um esforço redobrado dos agentes políticos e educativos no sentido de se sedimentarem nos quotidianos das escolas, dos professores, dos alunos e das famílias, evitando retrocessos e inércias próprias de momentos pós-reformistas; ii) o aperfeiçoamento de todos os aspectos que, uma vez concretizados na prática real, se tenham revelado susceptíveis de melhoramento, no sentido de garantir que, enquanto instrumentos de política educativa, não se assumem como obstáculos à consecução das finalidades, mas sim como potenciadores das mesmas. 2009 é, nestes termos, o momento de avançarmos na melhoria do pensamento e da concretização da nossa política, não nos deixando vencer pelas inércias e corporativismos que, no passado, capturaram o sistema educativo e condenaram gerações de portugueses aos maiores e mais injustos níveis de iliteracia, abandono e alheamento escolar.

2013 – Daqui a quatro anos, o nosso destino estará traçado, de forma irremediável: teremos conseguido consolidar o que de bom fizemos e melhorar o que de menos bom também fizemos ou, em alternativa, teremos perdido o impulso reformador, a capacidade de avançar, a vontade de lutar e Portugal terá estacionado, no que à qualificação das pessoas diz respeito. Parar, nesta área crítica do desenvolvimento, significará – como sempre significou, em sociedades em profunda aceleração – ficar, irremediavelmente, para trás. O Partido Socialista demonstrou, no passado recente, e continua a demonstrar, no presente, a sua firme determinação em manter o impulso reformador e modernizador do sistema educativo. A educação foi, desde sempre, a prioridade dos programas eleitorais e de governo do PS. Sabemos, no entanto, que, à nossa direita e à nossa esquerda, sopram ventos de grande populismo e demagogia que não hesitarão em desmantelar aquilo que o PS construiu.

A Escola Pública é o grande e fundamental instrumento de construção e mitigação das desigualdades sociais e a Educação um dos principais Direitos de Cidadania de qualquer cidadão. Defender a escola pública e garantir o exercício pleno do direito à educação fazem parte do código genético de qualquer socialista. Coloquemos os olhos em 2013, assumamos os nossos valores e ideais e sejamos firmes na defesa daquilo em acreditamos. É isto que os portugueses esperam de nós. É este o nosso compromisso com Portugal.

## ACTUALIDADE

# Ministra da Educação vai trabalhar para apresentar novo modelo de avaliação de professores



O PRAZO de 30 dias recomendado pelo Parlamento para o Governo apresentar um novo modelo de avaliação dos professores é “um tempo curto”, considerou no dia 23 a ministra da Educação. “Não quer dizer que o processo esteja fechado nesses 30 dias, mas vamos trabalhar para concluí-lo”, sublinhou Isabel Alçada, que falava à saída da conferência “Infância, Crianças, Internet: desafios na era digital”, que decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa. Entretanto, a ministra da Educação tem agendadas novas reuniões com os sindicatos.

Sobre o Plano Tecnológico para a Educação, a ministra revelou que desde o início desta semana as cerca de 100 mil crianças do 1º ano podem inscrever-se para obter o computador portátil ‘Magalhães’ “adaptado a este nível de ensino, para utilização no processo de aprendizagem, nomeadamente em ambiente de sala de aula” e que estes começarão a ser entregues em Fevereiro e Março.

### Um modelo em que os professores se revejam

Antes, no dia 20, em Almada, a ministra da Educação afirmou que “os professores terão um modelo de avaliação em que se revejam”.

Segundo Isabel Alçada, “há já muito trabalho de afinação de critérios feito para que o novo modelo de avaliação se articule bem com a carreira docente e para que a carreira traduza uma forma rigorosa e exigente de progressão, em que os professores se revejam”.

A ministra da Educação disse ainda que “o Ministério tem tudo preparado para que o primeiro ciclo da avaliação dos professores esteja fechado em Dezembro”.

Em relação ao futuro, Isabel Alçada referiu que “estamos a trabalhar para fazer ajustamentos, de forma a tomar em consideração tudo o que as escolas têm vindo a realizar”, bem como “o que as pessoas valorizam no trabalho do professor e que se traduz em melhoria da qualidade de ensino e em resultados do sistema educativo”.

Isabel Alçada falava à margem da abertura do seminário internacional “Informação e Orientação Escolar e Profissional Referenciar Experiências, Perspectivar Caminhos”, organizado pela Associação Nacional de Escolas Profissionais (ANESPO) no âmbito das iniciativas que assinalam os 20 anos do ensino profissional em Portugal.

### Diálogo, negociação e abertura

Na primeira grande entrevista à RTP, a nova ministra da Educação, Isabel Alçada, prometeu novas regras sobre avaliação e estatuto dos professores, adiantando que encara “o futuro como uma possibilidade de diálogo aberto, em que se vão encontrar formas de trabalho que permitam que as escolas trabalhem com serenidade”.

Segundo referiu Isabel Alçada, “nada está bloqueado. Está tudo em aberto. Contamos já no próximo ano termos novas formas de trabalho na mesa”.

Mas sublinhou que “temos de completar a avaliação de todos aqueles que se esforçaram por entregar o seu trabalho. Temos de respeitar o esforço dos avaliados e os que tinham a função de avaliadores”.

A ministra da Educação manifestou ser um dos seus objectivos centrais “revalorizar a profissão de

professor, que é das mais dignas que se pode assumir”, salientando, no entanto, que “em todas as profissões tem de haver alguma selectividade que faça com que as pessoas que têm níveis de excelência sejam as que vêm reconhecido esse exemplo”.

Por outro lado, para melhorar o desempenho dos alunos, Isabel Alçada propõe-se implantar pela primeira vez “metas e aprendizagem” para todos os níveis de ensino e disciplinas. “Nós queremos um sistema exigente”, defendeu.

### Melhoria do desempenho

Entretanto, ao “Acção Socialista”, a deputada Paula Barros, vice-presidente da bancada parlamentar do PS e membro da Comissão de Educação da AR, afirmou que a reabertura do processo negocial com os sindicatos representativos dos professores visa introduzir as “alterações adequadas” de forma a que se cumpram os objectivos da avaliação. Em primeiro lugar, salientou, o “carácter formativo”, que procure contribuir para “a melhoria do desempenho dos professores” e, por outro, o objectivo da “valorização do mérito”.

Paula Barros lembrou que na Assembleia da República no passado dia 19 não foi aprovada nenhuma suspensão do processo de avaliação. Sobre esta questão, disse a deputada, “o PS considera que suspender era penalizar todos os professores que iniciaram o seu processo de avaliação que termina em Dezembro”. E realçou a “forma construtiva” como decorreram as negociações com os sindicatos, adiantando que o Parlamento vai manter-se empenhado no acompanhamento do processo de avaliação. J. C. C. B.



# GP/PS elege novos presidentes e coordenadores das comissões parlamentares

OS DEPUTADOS Osvaldo Castro, Vitalino Canas, Luís Fagundes Duarte, Miranda Calha e Ramos Preto foram escolhidos da bancada socialista para presidirem, respectivamente, às comissões parlamentares dos Assuntos Constitucionais, Assuntos Europeus, Educação, Ambiente, Trabalho e Assuntos Económicos, as seis a que o PS tem direito nesta legislatura.

A votação da lista de seis nomes decorreu na reunião da bancada que se realizou no dia 17 de Novembro, tendo as escolhas da direcção do GP/PS sido “acolhidas com resultados muito expressivos”, segundo o líder da bancada, Francisco Assis.

Questionado porque foi decidido levar os nomes propostos pela direcção do GP/PS a votos, Assis explicou que essa determinação foi tomada assim que “um ou dois deputados solicitou essa votação”.

“Este é um grupo parlamentar aberto, onde os deputados têm sempre a última palavra. Tiveram-na e, felizmente, concordaram com as propostas que eu lhes apresentei”, disse.

Quanto aos nomes propostos, Francisco Assis garantiu que o “único critério” foi o de serem “as pesso-



as mais indicadas para desempenhar essas funções, independentemente do seu percurso político”.

Saliente-se que na votação para os presidentes das comissões parlamentares atribuídas aos socialistas votaram 78 deputados e nenhum dos nomes propostos pela direcção obteve menos de 70 votos favoráveis.

De referir ainda que em ulterior reunião o GP/PS procedeu também à eleição dos coordenadores do PS das 13 comissões parlamentares: Ricardo Rodrigues

(1ª: Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias), Paulo Pisco (2ª: Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas), Marques Júnior (3ª: Defesa Nacional), Ana Catarina Mendes (4ª: Assuntos Europeus), Vítor Baptista (5ª: Orçamento e Finanças), Jorge Seguro Sanches (6ª: Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional), Miguel Freitas (7ª: Agricultura e Pesca), Bravo Nico (8ª: Educação e Ciência), Ana Paula Vitorino (9ª: Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações), Maria Antónia Almeida Santos (10ª: Saúde), Maria José Gamboa (11ª: Trabalho, Segurança Social e Administração Pública), Marcos Sá (12ª: Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local) e João Serrano (13ª: Ética, Sociedade e Cultura). Veja a distribuição completa dos deputados do PS nas Comissões Parlamentares na página 10.

# VERA JARDIM VAI COORDENAR GRUPO DE TRABALHO SOCIALISTA NA ÁREA DA JUSTIÇA

O DEPUTADO e ex-ministro Vera Jardim irá coordenar um grupo de trabalho dos socialistas com a missão de analisar e apresentar “com tempo” propostas na área da Justiça, designadamente sobre corrupção, anunciou Francisco Assis no final de uma reunião do Grupo Parlamentar do PS, sublinhando que os resultados não surgirão a curto prazo, por pressão de outras forças políticas.



“O PS não vai entrar em nenhuma corrida demagógica contra o tempo”, disse Francisco

Assis, defendendo que as questões relacionadas com a corrupção têm de ser tratadas “com rigor, exigência e serenidade”. As iniciativas de outros grupos parlamentares, acrescentou, serão objecto de “uma reflexão serena” e apreciadas “com objectividade”.

“No PS, não vamos desrespeitar as propostas que nos vão chegar de outras bancadas. Vamos analisá-las todas, uma a uma. Mas não aceitamos que se estabeleça no Parlamento e no país a ideia de que alguns querem combater a corrupção e outros não”, salientou.

“Em articulação com o Governo, o PS apresentará também as suas próprias iniciativas, tendo sempre um limite fundamental: não vamos contemporizar com nenhuma solução que coloque em causa princípios fundamentais do Estado de Direito. Fora isso, estamos dispostos a fazer uma apreciação objectiva e aberta de todas as iniciativas legislativas que surjam”, acrescentou.

# Paulo Pisco em Andorra para apoiar familiares das vítimas

COM o objectivo de prestar todo o apoio aos familiares do trágico acidente ocorrido no dia 7 nas obras do viaduto que vai ligar as povoações de Encamp e La Massana, em Andorra, o deputado do PS eleito pelo círculo da Europa, Paulo Pisco, deslocou-se nos dias 8 e 9 de Novembro ao Principado.

Em Andorra, o também director do Departamento Internacional e das Comunidades do PS esteve em “contacto permanente” com o Governo de Andorra, fazendo uma ligação com as autoridades portuguesas, através da nossa embaixada.

Na companhia da ministra da Saúde, Ana Jorge, o camarada Paulo Pisco visitou os portugueses feridos no acidente, onde foi reiterado “todo o apoio” aos problemas relacionados com o Estado português e o Principado de Andorra.

“Nesta deslocação tive também a oportunidade de falar com vários representantes da comunidade portuguesa e visitei ainda o local onde ocorreu o acidente que vitimou os nossos compatriotas”, disse ao “Acção Socialista”.

Paulo Pisco adiantou que “a Secretaria de Estado das Comunidades centralizou todas as açõ-



através da nossa embaixada, seguindo muito de perto e de uma forma célere a situação para prestar todo o apoio necessário”.

## AR aprova voto de pesar

Entretanto, o deputado Paulo Pisco apresentou na Assembleia da República um voto de pesar pelas vítimas do trágico acidente ocorrido no dia 7 no viaduto de Dos Valires, em Andorra, que foi aprovado por unanimidade.

No documento, os deputados referem que “a comunidade portuguesa e o povo andorrano ficaram consternados com a dimensão da tragédia” em que “cinco portugueses perderam a vida, seis ficaram feridos e muitos familiares e amigos ficaram em sofrimento”.

Os falecidos, lê-se no voto de

pesar, “eram trabalhadores dignos, competentes e procurados pelo seu profissionalismo. Eram o tipo de portugueses que levam o bom nome do nosso país além-fronteiras, que constroem nações e deixam por

onde passam pedaços da nossa identidade. Devemos orgulhar-nos deles e de todos os que trabalham no viaduto de Dos Valires”.

Quanto aos que ficaram feridos, alguns com gravidade, os parlamentares sublinham que estes “transportam agora o peso de uma vivência dolorosa. São trabalhadores dignos, competentes e procurados pelas suas qualidades profissionais”.

A Assembleia da República “agradece ao Governo do Principado de Andorra e ao primeiro-ministro, Jaume Bartumeu, os incansáveis esforços feitos para apoiar os portugueses e presta às vítimas deste trágico acidente a sua mais sentida homenagem, muito particularmente aos familiares e amigos dos falecidos, a quem envia sinceras condolências”. J.C.C.B.

# ALMEIDA SANTOS, ALEGRE E CANOTILHO NO CONSELHO DE ESTADO



PROPOSTA pelo PS e PSD, a lista única de membros para o Conselho de Estado foi aprovada, no dia 20, no Parlamento com 156 votos favoráveis entre 214 votantes, tendo-se registado 49 brancos e nove nulos. A lista inclui os nomes de António de Almeida Santos, Manuel Alegre e Gomes Canotilho, indicados pelo PS.

Todos integram actualmente o Conselho de Estado, tendo sido eleitos pelo Parlamento na anterior legislatura, embora o constitucionalista Gomes Canotilho fosse membro suplente daquele órgão, onde substituiu Jorge Coelho.

Como suplentes, figuram na lista única os socialistas José Vera Jardim e Arons de Carvalho.

De acordo com a Constituição, o Conselho de Estado “é o órgão político de consulta do Presidente da República” e inclui “cinco cidadãos eleitos pela Assembleia da República, de harmonia com o princípio da representação proporcional, pelo período correspondente à duração da legislatura”.

Também no dia 20 foram eleitos os dois deputados com presença no Conselho Superior de Defesa Nacional, tendo sido reconduzido o socialista Marques Júnior. Entre os 214 votos, a lista obteve 167 votos favoráveis, 42 brancos e cinco nulos.

# DISTRIBUIÇÃO DOS DEPUTADOS DO PS NAS COMISSÕES PARLAMENTARES

## Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

### Efectivos

António Gameiro  
Celeste Correia  
Filipe Neto Brandão  
Isabel Oneto  
Luis Ameixa  
Maria do Rosário Carneiro  
Maria Manuela Augusto  
Miguel Vale de Almeida  
Osvaldo Castro  
Ricardo Rodrigues

### Suplentes

Ana Catarina M.Mendes  
Catarina Marcelino  
João Serrano  
Jorge Strecht  
Manuel Seabra  
Maria Antónia Almeida Santos  
Maria de Belém Roseira  
Marques Junior  
Ramos Preto  
Vitalino Canas

### CACDLG

## Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias - 1ª

**Presidente:** Osvaldo Castro PS  
1º Vice-Presidente: PPD/PSD  
2º Vice-Presidente: CDS-PP  
**Coordenação PS:**  
Ricardo Rodrigues  
rodrigues@ps.parlamento.pt

## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### Efectivos

Ana Paula Vitorino  
Defensor Moura  
José Miguel Medeiros  
Maria de Belém Roseira  
Miguel Coelho  
Paulo Pisco  
Rosa Maria Albernaz  
Teresa Damásio

### Suplentes

Alberto Costa  
Bravo Nico  
João Soares  
José Manuel Ribeiro  
M.Conceição Casanova  
Manuel Mota  
Manuela Augusto  
Ricardo Gonçalves  
Ricardo Rodrigues

## CNECP Comissão de Negócios e Comunidades Portuguesas - 2ª

**Presidente:** CDS-PP  
1º Vice-Presidente:  
Defensor Moura PS  
2º Vice-Presidente: PPD/PSD  
**Coordenação PS**  
Paulo Pisco  
ppisco@ps.parlamento.pt

## Comissão de Defesa Nacional

### Efectivos

Eduardo Cabrita  
João Soares  
José Lello  
José Miguel Medeiros  
Lurdes Ruivo  
Mário Mourão  
Marques Junior  
Miguel Coelho  
Miranda Calha

### Suplentes

Bravo Nico  
Defensor Moura  
Isabel Oneto  
Luiz Fagundes Duarte  
Mota Andrade  
Renato Sampaio  
Rosa Maria Albernaz  
Sérgio Sousa Pinto

### CDN

## Comissão de Defesa Nacional - 3ª

**Presidente:** PPD/PSD  
1º Vice-Presidente: José Lello PS  
2º Vice-Presidente: CDS-PP  
**Coordenação PS:**  
Marques Júnior  
mjuni@ps.parlamento.pt

## Comissão de Assuntos Europeus

### Efectivos

Alberto Costa  
Ana Catarina Mendes  
José João Bianchi  
José Manuel Ribeiro  
Manuel Seabra  
Miguel Vale de Almeida  
Paulo Pisco  
Sérgio Sousa Pinto  
Vitalino Canas

### Suplentes

Anabela Freitas  
António Gameiro  
António José Seguro  
Inês de Medeiros  
João Paulo Pedrosa  
Luis Miguel França  
Maria de Belém Roseira  
Maria do Rosário Carneiro  
Pedro Farmhouse

### CAE

## Comissão de Assuntos Europeus - 4ª

**Presidente:** Vitalino Canas PS  
1º Vice-Presidente: PPD/PSD  
2º Vice-Presidente: CDS-PP  
**Coordenação PS:**  
Ana Catarina Mendes  
caterina@ps.parlamento.pt

## Comissão de Orçamento e Finanças

### Efectivos

Duarte Cordeiro  
Eduardo Cabrita  
Hortense Martins  
João Galamba  
João Paulo Correia  
Luis Gonelha  
Luis Miguel França  
Teresa Venda  
Vitor Baptista

### Suplentes

Afonso Candal  
António José Seguro  
Fernando Jesus  
Fernando Moniz  
Glória Araújo  
Jorge Seguro  
Luiz Fagundes Duarte  
Odete João  
Ricardo Rodrigues

### COF

## Comissão de Orçamento e Finanças - 5ª

**Presidente:** PPD/PSD  
1º Vice-Presidente: Teresa Venda PS  
2º Vice-Presidente: BE  
**Coordenação PS:**  
Vitor Baptista  
victorb@ps.parlamento.pt

## Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional

### Efectivos

António José Seguro  
Duarte Cordeiro  
Euridice Pereira  
Glória Araújo  
Hortense Martins  
João Galamba  
Jorge Seguro  
José Manuel Ribeiro  
Odete João  
Teresa Venda

### Suplentes

Acácio Pinto  
Afonso Candal  
Horácio Antunes  
Manuel Seabra  
Miguel Freitas  
Miguel Laranjeiro  
Nuno Araújo  
Paula Barros  
Rosalina Martins  
Vitalino Canas

### CAEIDR

## Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional - 6ª

**Presidente:** António José Seguro PS  
1º Vice-Presidente: PPD/PSD  
2º Vice-Presidente: CDS-PP  
**Coordenação PS:**  
Jorge Seguro Sanches  
jseguro@ps.parlamento.pt

## Comissão de Agricultura e Pesca

### Efectivos

Afonso Candal  
Horácio Antunes  
Isabel Coutinho  
João Paulo Pedrosa  
Jorge Fão  
Jorge Seguro  
Lucio Ferreira  
Lurdes Ruivo  
Miguel Freitas  
Paulo Barradas

### Suplentes

António Gameiro  
Custódia Fernandes  
João Paulo Correia  
José Albano Marques  
José João Bianchi  
José Miguel Medeiros  
Rosa Maria Albernaz  
Rosalina Martins  
Rui José Prudêncio  
Teresa Venda

### CAP

## Comissão de Agricultura e Pescas - 7ª

**Presidente:** BE  
1º Vice-Presidente: PPD/PSD  
2º Vice-Presidente: Horácio Antunes PS  
**Coordenação PS:**  
Miguel Freitas  
mfreitas@ps.parlamento.pt

## Comissão de Educação e Ciência

### Efectivos

Bravo Nico  
João Sequeira  
Luiz Fagundes Duarte  
Manuel Mota  
Manuela Melo  
Nuno Araújo  
Paula Barros  
Rosalina Martins  
Sofia Cabral  
Teresa Damásio

### Suplentes

Celeste Correia  
Duarte Cordeiro  
Frederico Castro  
Isabel Coutinho  
Isilda Gomes  
José João Bianchi  
M.Conceição Casanova  
M.Luís Santos  
Odete João  
Paulo Barradas

### CEC

## Comissão de Educação e Ciência - 8ª

**Presidente:** Luiz Fagundes Duarte PS  
1º Vice-Presidente: PPD/PSD  
2º Vice-Presidente: PCP  
**Coordenação PS:**  
Bravo Nico  
bravonico@ps.parlamento.pt

## Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

### Efectivos

Ana Paula Vitorino  
Fernando Moniz  
Horácio Antunes  
João Paulo Correia  
Jorge Fão  
Luis Gonelha  
Mota Andrade  
Nuno Araújo  
Pedro Farmhouse  
Rui José Pereira

### Suplentes

Fernando Jesus  
Helena Rebelo  
João Galamba  
João Portugal  
João Sequeira  
Jorge Gonçalves  
Marcos Sá  
Renato Sampaio  
Vitor Baptista  
Vitor Fontes

### COPTC

## Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações - 9ª

**Presidente:** PPD/PSD  
1º Vice-Presidente: Pedro Farmhouse PS  
2º Vice-Presidente: CDS-PP  
**Coordenação PS:**  
Ana Paula Vitorino  
apvitorino@ps.parlamento.pt

## Comissão de Saúde

### Efectivos

Defensor Moura  
Fernando Jesus  
Luisa Salgueiro  
M.Antónia Almeida Santos  
M.Conceição Casanova  
M.Helena Rebelo  
M.Luisa Santos  
Ricardo Gonçalves  
Rui José Prudêncio

### Suplentes

Luis Gonelha  
Jorge Gonçalves  
José Albano Marques  
José Rui Cruz  
Luis Miguel França  
M.José Gamboa  
Manuel Mota  
Rui José Pereira  
Sónia Fertzinhos

### CS

## Comissão de Saúde - 10ª

**Presidente:** PPD/PS  
1º Vice-Presidente: Luisa Salgueiro PS  
2º Vice-Presidente: BE  
**Coordenação PS:**  
Mª. A. Almeida Santos  
maasantos@ps.parlamento.pt

## Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública

### Efectivos

Anabela Freitas  
Catarina Marcelino  
Custódia Fernandes  
Jorge Strecht  
José Albano Marques  
M.José Gamboa  
Miguel Laranjeiro  
Ramos Preto  
Sónia Fertzinhos

### Suplentes

João Paulo Pedrosa  
Hortense Martins  
Isabel Coutinho  
Isilda Gomes  
José Rui Cruz  
Luisa Salgueiro  
Lurdes Ruivo  
M.Rosário Carneiro  
Mário Mourão

### CTSSAP

## Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública - 11ª

**Presidente:** Ramos Preto PS  
1º Vice-Presidente: PPD/PSD  
2º Vice-Presidente: PCP  
**Coordenação PS:**  
Mª. José Gamboa  
mjgamboa@ps.parlamento.pt

## Comissão do Ambiente Ordenamento do Território e Poder Local

### Efectivos

Acácio Pinto  
Frederico Castro  
Isilda Gomes  
João Portugal  
João Sequeira  
Jorge Gonçalves  
Marcos Sá  
Miranda Calha  
Pedro Farmhouse  
Renato Sampaio

### Suplentes

Euricéide Pereira  
Filipe Neto Brandão  
Glória Araújo  
Jorge Fão  
Lucio Ferreira  
Manuela Melo  
Paula Barros  
Paulo Barradas  
Rui José Pereira  
Vitor Fontes

### CPLAOT

## Comissão do Ambiente Ordenamento do Território e Poder Local - 12ª

**Presidente:** Miranda Calha PS  
1º Vice-Presidente: PPD/PSD  
2º Vice-Presidente: BE  
**Coordenação PS:**  
Marcos Sá  
msa@ps.parlamento.pt

## Comissão de Ética Sociedade e Cultura

### Efectivos

Filipe Neto Brandão  
Inês de Medeiros  
Isabel Oneto  
João Serrano  
José Rui Cruz  
Marcos Sá  
Miguel Laranjeiro  
Vitor Fontes  
Rui José Pereira

### Suplentes

Anabela Freitas  
Luis Miguel França  
M.Luisa Santos  
Manuela Melo  
Miguel Vale de Almeida  
Rosalina Martins  
Sofia Cabral  
Teresa Damásio

### CESC

## Comissão de Ética, Sociedade e Cultura - 13ª

**Presidente:** PPD/PSD  
1º Vice-Presidente: Isabel Oneto PS  
2º Vice-Presidente: PCP  
**Coordenação PS:**  
João Serrano  
jserrano@ps.parlamento.pt

# Portugal deu salto na investigação científica em 2008

**Os resultados do último inquérito ao potencial científico e tecnológico do país, que mostram uma subida da despesa total em Investigação e Desenvolvimento (I&D) em 2008 para 1,51 do PIB nacional, à frente de países como a Espanha, Irlanda e Itália e o aumento do número de doutorados para 1500 por ano, foram saudados pelo primeiro-ministro. José Sócrates afirmou que este máximo histórico é motivo de “felicidade” para o Governo do PS que ao longo dos quatro anos e meio fez da aposta na Ciência “uma questão absolutamente essencial”.**

“EU SOU de uma geração que sonhou com a meta de um por cento”, disse, no dia 13, na cerimónia de apresentação dos dados provisórios do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN). “Atingimo-la em 2007 e em 2008 não só a ultrapassámos de forma confortável, como ultrapassámos a Espanha, a Irlanda e a Itália”, frisou.

José Sócrates realçou também que Portugal conta com 7,2 investigadores por cada mil activos, número que ultrapassa pela primeira vez a média europeia.

Por outro lado, sublinhou que o investimento privado superou o público em 2008, tal como já acontecera no ano anterior.

“O facto de por dois anos consecutivos o sector privado ter mostrado que também considera prioritário o investimento em Ciência é muito animador para um país como Portugal”, afirmou.

O primeiro-ministro referiu-se ainda a outros dados do inquérito, como a internacionalização da Ciência nacional, com o aumento de “publicações científicas, de patentes e de doutoramentos”.

Segundo Sócrates, os dados do inquérito são “uma demonstração da excelência das pessoas, das instituições e dos próprios resultados, e da correcção de uma linha política que sempre fez da Ciência um elemento essencial na estratégia de desenvolvimento do país”.

Por isso, salientou, “valeu a pena a confiança depositada pelo Governo na comunidade científica, nas pessoas e nas organizações, bem como na comunidade empresarial que aposta na investigação e no desenvolvimento”, acrescentando que os resultados obtidos permitem reforçar essa confiança no futuro.

O primeiro-ministro prometeu ainda a continuação da aposta nesta área. “As linhas políticas de financiamento e as orientações que seguimos vão continuar nos próximos anos em nome de um país melhor”, disse.

Intervindo na mesma sessão, perante uma audiência de representantes de empresas, universidades e instituições científicas, o ministro

da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior destacou também o crescimento da internacionalização da ciência portuguesa.

Para Mariano Gago, os dados do inquérito mostram que “Portugal é neste momento um dos países mais internacionalizados da Europa”.

“Hoje temos a formação avançada a nível de doutoramento feita essencialmente em Portugal, mas temos em contrapartida uma produção científica internacionalizada das mais altas da Europa”, sublinhou.

Neste domínio, referiu a abertura de uma vasto leque de alianças e relações à escala mundial e destacou que Espanha, antes um parceiro menor, emparceira actualmente com o Reino Unido, os Estados Unidos, a França ou a Alemanha.

Referiu também o crescimento da colaboração com o Brasil em termos de produção científica e assinalou o reforço das relações científicas fora da Europa, nomeadamente com os Estados Unidos, um dos principais parceiros de Portugal em matéria de co-autoria científica, mas também com a China, Índia, Japão, Rússia e muitos países da América Latina.

## Crescimento exponencial da despesa em I&D

Segundo os dados do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN), divulgados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a despesa total em Investigação e Desenvolvimento (I&D) em Portugal ultrapassou 2513 milhões de euros em 2008, passando esta a representar um máximo histórico de 1,51% do PIB nacional,

Este valor supera os níveis de despesa em I&D registados em 2007 em Espanha (1,27% do PIB) e na Irlanda (1,31%). Em 2007 a despesa em I&D nacional tinha sido de 1973 milhões de euros, representando 1,21% do PIB.

O inquérito mostra que o crescimento da despesa em I&D verifica-se quer no sector público quer no sector empresarial, sendo que nas empresas esse aumento é particularmente expressivo, já que a des-



pensa nesse sector quase que triplica desde 2005 (a preços correntes) e cresce 22% entre 2007 e 2008, com cerca de 1258 milhões de euros em 2008 (era 1011 milhões de euros em 2007 e apenas 462 milhões de euros em 2005).

A despesa em I&D das empresas atinge agora cerca de 0,76% do PIB (era 0,62% do PIB em 2007), representando cerca de metade da despesa nacional total em I&D. Os dados voltam ainda a mostrar um acréscimo contínuo em Portugal do número de empresas com actividades de I&D, que passou de cerca de 940 em 2005, para mais de 1700 em 2008.

Segundo o comunicado do Ministério da Ciência, “este aumento continuado da despesa privada em I&D reflecte o impacto da acumulação de investimento público em ciência e tecnologia e o esforço do sector privado em acompanhar o desenvolvimento científico e a capacidade tecnológica instalada em Portugal. Está ainda relacionado, pelo menos parcialmente, com a reintrodução no Verão de 2005, do Sistema de Incentivos Fiscais à I&D nas Empresas (SIFIDE), o qual veio a ser actualizado e aperfeiçoado em 2008.

Outro dado relevante deste inquérito é que Portugal oferece hoje o sistema de incentivos fiscais às empresas mais competitivo da Europa, facilitando uma dedução fiscal que pode atingir 82,5% do investimento em I&D.

A despesa do conjunto das instituições públicas e privadas sem fins lucrativos assume o papel de indutor do crescimento nacional e cresce 70% (a preços correntes) entre 2005 e 2008, passando de 739 milhões de euros para 1256

**Despesa total em investigação atinge 1,51% do PIB em 2008, superando níveis de Espanha e da Irlanda**

**Número de investigadores aumenta para 7,2 em cada mil activos, ultrapassando a média europeia**

**Despesa em I&D nas empresas cresce 22% entre 2007 e 2008 e representa metade da despesa nacional de I&D**

milhões de euros respectivamente. Esse crescimento é de 31% entre 2007 e 2008. O conjunto dos sectores do Ensino Superior e das Instituições Privadas sem fins lucrativos representa cerca de 1062 milhões de euros em 2008 (era 777 milhões de euros em 2007), representando 42% da despesa nacional total em I&D.

Mas o aumento global do investimento em I&D reflecte também a prioridade política dada ao desenvolvimento científico e tecnológico e ao “Compromisso com a

Ciência” do Governo.

Por outro lado, elemento fundamental da estratégia seguida para o desenvolvimento científico e tecnológico em Portugal é o reforço dos recursos humanos em Ciência e Tecnologia. Segundo os dados do inquérito, o número de investigadores na população activa atingiu pela primeira vez 7,2‰ em 2008, superando os níveis relativos do Reino Unido, da Alemanha e da Holanda de 2007, bem como a média europeia de 5,8 em cada mil activos. Foram registados 40.563 investigadores, medidos em equivalente a tempo integral (ETI), com cerca de 44% mulheres, uma das percentagens mais elevadas na União Europeia.

Segundo o ministério tutelado por Mariano Gago, deve ainda ser considerado que os resultados agora publicados também reflectem o esforço de modernização do processo de recolha de informação sobre o potencial científico e tecnológico nacional, o qual foi desenvolvido a partir de 2007 tendo por referência as melhores práticas internacionais.

Segundo os dados agora avançados, o número de investigadores no sector Empresas quase que triplicou entre 2005 e 2008, tendo atingido cerca de 10,6 mil nesse período. Este número de investigadores nas empresas aumentou 25% entre 2007 e 2008.

O Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) é uma operação censitária de periodicidade anual desde 2007 (era bienal desde 1982), que constitui a base de informação estatística oficial sobre recursos humanos e financeiros afectos a actividades de I&D em Portugal. J. C. C. B.

# Reunidas as condições para o país ser plataforma europeia da Cisco

PORTUGAL tem todas as condições para se assumir como plataforma europeia da Cisco e de outras grandes empresas internacionais, garantiu o secretário de Estado da Economia e da Inovação, Carlos Zorrinho.

O governante falava à margem da visita que realizou às instalações do novo centro da Cisco no Lagoa Park, em Oeiras, lembrando que o Governo português tudo tem feito para garantir que este objectivo se concretize, salientando que é sua ambição, mas também sua convicção “acreditar que Portugal tem todas as condições para poder cumprir esta finalidade”.

Contudo, não deixou de realçar que “nada está ainda garantido”, acentuando que o Governo liderado pelo primeiro-ministro, José Sócrates, está a trabalhar para que “isso possa acontecer”.

Para Zorrinho, este objectivo a concretizar-se, vem premiar o enorme esforço que o Governo português tem vindo a desenvolver ao longo destes últimos quatro anos, no sentido de aumentar os índices da modernização tecnológica portuguesa, mas resulta também, como disse ainda, “fruto da coragem que o país teve, na qualificação, quer do seu território, quer das suas pessoas”.



Na perspectiva do secretário de Estado, o mais difícil é trazer o primeiro centro, sendo certo que, logo que tal aconteça, e desde

que os resultados operacionais sejam bons, os restantes candidatos mostrar-se-ão de imediato interessados em também eles se

instalarem em Portugal.

Depois da instalação em Portugal do Centro Hércules e do Liberty, a Cisco investiu entre

cinco a seis milhões de euros no seu terceiro centro no nosso país, que começou já a funcionar com 25 funcionários. R.S.A.

## Tempo de oportunidades nas energias renováveis

JOSÉ Sócrates exortou os empresários a estarem atentos às oportunidades de desenvolvimento nas áreas das energias renováveis. “O que aí vem é, sem dúvida, um tempo de oportunidades. Na eólica, na hídrica, na solar e nos carros eléctrico as mudanças na energia são absolutamente decisivas para a mudança da nossa economia, para mais oportunidades de emprego e de requalificação e melhoria das empresas”, disse.

O primeiro-ministro, que falava no dia 21 após visitar a Martifer, em Oliveira de Frades, e a A. Silva Matos Energia, em Sever do Vouga, sublinhou os “progressos notáveis” registados nos últimos quatro anos, designadamente no caso da energia eólica, passando de cerca de 500 para três mil megawatts instalados.

“Fizemos nestes quatro anos investimentos nas energias eólicas que significam



duas ou três centrais nucleares em termos de produção de electricidade. E vamos fazer mais. Estamos hoje a apostar como nunca se apostou na construção de barragens”, afirmou.

José Sócrates disse ainda ter como objectivo “desenvolver o cluster industrial na área da energia solar” com “boas políticas públicas” esperando “o contributo das principais empresas, que é decisivo. Nada se faz num país apenas com o Governo.

Tudo se faz com as empresas. O mais importante é construir uma estratégia comum, que possa dinamizar o sector, clara, bem orientada, com objectivos bem definidos”.

O primeiro-ministro reafirmou que “Portugal vai jogar na área da energia uma das apostas mais importantes para o seu futuro. Esta área vai ter mudanças muito significativas nos próximos tempos. É uma área que está a mudar no mundo e Portugal não quer ficar para trás”.

## Portugal no top europeu de utilização da banda larga

PORTUGAL é o terceiro Estado-membro da União Europeia com uma maior taxa de penetração da banda larga móvel, de quase 11%, revela um relatório hoje divulgado em Bruxelas pela Comissão Europeia.

De acordo com os dados do Executivo comunitário, referentes a Julho de 2009, em média, um em cada quatro europeus (24%) dis-

põe de uma linha de acesso de banda larga, sendo o valor ligeiramente inferior em Portugal (17,6%).

Contudo, assinala o relatório, Portugal registou em 2009 um crescimento de 11,7%, sendo, a par do Luxemburgo, um dos dois países com um crescimento superior àquele verificado em 2008, sublinhando Bruxelas que tal acontece num cenário de abrandamento económico.

A Comissão realça que o relatório mostra também que a banda larga móvel está a ganhar força na Europa, tendo crescido 54% desde Janeiro, atingindo actualmente uma taxa de penetração de 4,2% dos cidadãos, apresentando neste caso Portugal uma taxa de implantação muito superior à média europeia, de 10,8%.



# Agricultores recebem ajudas no valor de 300 milhões de euros



O MINISTRO da agricultura anunciou a antecipação do prazo e o pagamento de 100% das ajudas directas aos agricultores, relativas à campanha de 2009, no valor de 300 milhões de euros.

António Serrano sublinhou o facto deste dinheiro corresponder à campanha do corrente, acentuando que decidiu proceder ao pagamento na primeira oportunidade “logo que cheguei ao ministério”.

O ministro garantiu que não vai haver qualquer retenção de verbas, confirmando o que já antes tinha anunciado, isto é, de que será tudo pago àqueles que tiverem a situação

administrativa regularizadas e os controlos verificados, numa medida que vai abranger, segundo disse, mais de 140 mil beneficiários.

Serrano explicou que a única alteração de fundo reside no facto de se ter decidido pagar de uma só vez aquilo que é “um dinheiro dos agricultores”, tendo-se ainda antecipado o prazo que terminava a 23 de Dezembro.

De facto, avançou, trata-se de um dinheiro de campanha, que tem a ver com o regime de pagamento único que se aplica a vários sectores, e que naturalmente representa uma verba “importantíssima

para a tesouraria de quem trabalha diariamente nas suas explorações”.

O olhar do novo titular da pasta da Agricultura está igualmente voltado para a situação dos pequenos e médios agricultores, tendo António Serrano garantido que estão a ser preparadas medidas especiais para este sector da actividade agrícola.

Em relação às verbas do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER), o ministro afirmou que dos 4,4 mil milhões de euros para todo o período de programação estão comprometidas cerca de 920 milhões de euros, estando 520 milhões já pagos. R.S.A.

## Mais de 21% dos alunos do superior têm apoios do Estado

MAIS de 74 mil alunos do ensino superior, cerca de 21% do total dos estudantes deste grau de ensino, beneficiaram, no ano lectivo de 2008/09, de uma bolsa de estudo, o que representou um aumento de 13% em relação aos últimos quatro anos.

A par desta situação, o valor das bolsas sofreu neste período aumentos de dez por cento para o regime geral e de quinze por cento para os jovens deslocados de casa, medidas que foram acompanhadas simultaneamente,



pelo congelamento dos preços dos alojamento e das refeições nas residências e cantinas.

Em face da manifestação de uni-

versitários em Lisboa, o ministério liderado pelo ministro Mariano Gago manifestou todo o seu interesse em estreitar os laços de confiança com os estudantes, e destes com o próprio ensino superior, tendo neste sentido já avançado com diversos contactos com as associações de estudantes deste grau de ensino.

Recorde-se que o Estado canaliza para a acção social do ensino superior mais de 212 milhões de euros. R.S.A.

## Última fase de candidaturas para o Porta 65 em Dezembro

DECORRE de 2 a 16 de Dezembro próximo a quarta e última fase de candidaturas de 2009 ao apoio ao arrendamento através do Porta 65.

Este programa permitiu apoiar,

nas fases que decorreram entre Abril e Maio, mais de quatro mil jovens, segundo os resultados divulgados pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana.

Os resultados relativos a Setem-

bro ainda estão a ser analisados.

Por outro lado, as renovações às candidaturas de Dezembro de 2008 irão decorrer de 17 de Dezembro deste ano até ao dia 4 de Janeiro de 2010.

### OPINIÃO



LUÍS MIGUEL FERREIRA  
S. João da Madeira

*Portugal, em matéria de eGovernment, representa o que melhor se faz na Europa e a culpa é do Governo socialista, claro está!*

## A CULPA!

PODE não parecer mas os últimos dias ficaram marcados pela publicação de alguns relatórios que mostram a evolução extraordinária de Portugal em algumas matérias. Mesmo extraordinários, tais resultados não mereceram grande eco na comunicação social o que, aliás, já não me espanta. No entanto, importa sublinhá-los tanto mais que revelam impactos directos de opções que a governação socialista tomou nos últimos anos.

No passado dia 13 de Novembro foram publicados os resultados do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN'08). Ficámos a saber, por exemplo, que a despesa total em Investigação & Desenvolvimento (I&D) passou a representar um máximo histórico de 1,51% do PIB nacional. Para se perceber ainda melhor a extraordinária evolução, refira-se que, em 2005, a despesa em I&D nacional tinha representando 0,81% do PIB e, entre 2005 e 2008, subiu de 1201 milhões de euros para mais do dobro (2513 milhões de euros). Não menos importante, ainda a propósito do IPCTN'08, importa sublinhar que os resultados obtidos em matéria de recursos humanos envolvidos em I&D anteciparam em dois anos as metas previstas para o Plano Tecnológico no horizonte 2010. O número total de pessoas envolvidas em actividades de I&D representa 8,7 por mil activos (a meta definida apontava para 7,5) e os Investigadores ETI (Equivalente a tempo integral), com um valor de 7,2 por mil activos, superaram a meta definida para 2010 que era 6,0 por mil activos. Pois bem, pode dizer-se que a governação socialista é a principal culpada destes resultados!

Já a 18 de Novembro, a Comissão Europeia publicou um relatório que retrata a situação do acesso à Banda Larga na União Europeia. Nesse relatório, cujos dados se reportam a 1 de Julho de 2009, Portugal aparece como o 3º país da União Europeia com a maior taxa de penetração de Banda Larga móvel (via cartões PCMCIA ou modem USB). O valor apresentado para Portugal situa-se nos 10,8%, claramente acima da média da UE que se cifra nos 4,2%. Além disso, Portugal é ainda o país da União Europeia que apresenta a 2ª maior percentagem de acessos fixos à Internet com velocidades acima dos 10Mbps, em relação ao total dos acessos à Internet em BL (47,2%). O valor médio da UE situa-se nos 15,5%. Ora, à governação socialista também pode ser imputada parte da culpa!

No dia seguinte, 19 de Novembro, a Comissão Europeia publicou outro relatório que passa em revista o nível de disponibilidade e sofisticação dos serviços online. Nesta matéria, Portugal aparece em 1º lugar no contexto europeu em ambos os índices, com um nível máximo (100%) de disponibilidade e sofisticação. Na edição de Outubro de 2004, Portugal apresentava-se na 16ª posição em matéria de disponibilidade (com um nível de 37%) e na 14ª no nível de sofisticação (com um score de 65%). Portugal, em matéria de eGovernment, representa o que melhor se faz na Europa e a culpa é do Governo socialista, claro está!

Provavelmente, a maioria dos portugueses nem sequer se apercebeu destes magníficos resultados que mostram que o nosso país nestas matérias está, de facto, melhor do que estava em 2005. E a culpa é do Governo, por muito que algumas pessoas tenham dificuldade em reconhecer e façam tudo por esconder. Precisamente as mesmas que tentam culpar o Governo da quantidade anormal de chuva que tem caído por esse país fora!

Milésimo transplante hepático

# Sócrates elogia feitos extraordinários da sociedade portuguesa

A IMPORTÂNCIA de serem dados a conhecer “feitos absolutamente extraordinários” da sociedade portuguesa em diferentes domínios foi realçada pelo primeiro-ministro, José Sócrates, no dia 20, na sessão comemorativa do milésimo transplante hepático realizado pelo Serviço de Cirurgia Geral e Unidade de Transplantação do Hospital Curry Cabral, que decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

Na ocasião, José Sócrates, que referiu, uma vez mais, a importância do Serviço Nacional de Saúde (SNS), apontou esta unidade dirigida pelo médico Eduardo Barroso como um exemplo de realizações que são “escondidas da opinião pública”.

“Há muitas áreas bastante desenvolvidas no nosso país, várias realizações muito positivas no nosso país e que, não sei porquê, são transformadas em segredos bem guardados da opinião pública. Imaginem que cheguei aqui e fiquei a saber que Portugal é o país do mundo com mais transplantes hepáticos. Segredo bem guardado. Ninguém me tinha dito até hoje e sou primeiro-ministro que afinal de contas nós temos esta marca que é da maior importância para o nosso país”, afirmou.



O desempenho do centro dirigido por Alfredo Barroso, associado à circunstância de Portugal ser um dos países no mundo onde mais órgãos são recolhidos para transplante, só superado pela Espanha, são “obra em qualquer país do mundo”, e incluem-se entre os “feitos absolutamente extraordinários que a sociedade portuguesa consegue realizar” e “não são refe-

ridos”, frisou Sócrates.

## Equidade no acesso ao SNS

Estes dois indicadores “em qualquer país do mundo seriam muito publicitados e fariam parte do orgulho nacional, aqui não sei por que razão são escondidos da opinião pública”, afirmou o primeiro-ministro, que destacou o

aumento do investimento público em investigação e desenvolvimento e na formação de investigadores e doutorados.

Numa sessão emocionada, por onde passaram alguns doentes transplantados na Unidade de Transplantação do Hospital Curry Cabral, o chefe de Governo salientou o exemplo deste centro para a “procura da excelência” no

Serviço Nacional de Saúde.

“Não há hoje serviço nacional de saúde no mundo que possa ombrear e competir com os países desenvolvidos se não apostar em áreas de excelência”, defendeu, realçando a importância da “equidade” no acesso ao SNS.

“Nós temos o SNS porque aspiramos à igualdade. Sim, à igualdade no acesso à saúde. E é através do SNS que gostaríamos que todos os portugueses pudessem ser iguais no acesso à saúde. É por isso que temos um SNS para servir o valor da igualdade. Mas é também através do SNS que queremos dar expressão ao valor da equidade, que todos paguem em função das suas possibilidades e recebam em função das suas necessidades”, sublinhou.

E acrescentou: “Não há nenhum serviço público em que este valor se expresse com mais clareza que não seja o SNS. Todos nós pagamos em função das nossas possibilidades nos impostos e queremos receber um serviço público em função daquilo que precisamos”.

Na opinião de José Sócrates, o SNS tem ainda o mérito de “democratizar” o acesso aos “avanços da medicina e da ciência” no domínio da saúde.

## INOVAÇÃO É CHAVE INCONTORNÁVEL PARA SUCESSO EMPRESARIAL

É ABSOLUTAMENTE crucial fazer “diferente” e “melhor” e apostar em “produtos de maior valor acrescentado”, defendeu o secretário de Estado da Indústria e do Desenvolvimento, Fernando Medina, para quem “inovação” é uma palavra “absolutamente chave” para o sucesso das empresas.

Fernando Medina, que falava aos jornalistas após ter acompanhado a visita do Presidente da República à empresa Cork Supply, em São Paio de Oleiros, reconheceu não haver fórmulas infalíveis para o sucesso de uma empresa, mas sublinhou a importância da inovação, considerando-a “chave em todos os sectores”.

Como exemplo, o secretário de Estado apontou precisamente a Corky Supply, uma fábrica de rolhas de cortiça, que começou a laborar há quase dois anos e utiliza uma tecnologia inovadora para reduzir os aromas negativos em rolhas de cortiça natural.

“Viram há pouco o exemplo das rolhas, a diferença entre rolhas de dois centímetros ou de 20 centímetros ou mais caras ainda e essa capacidade de fazer pagar mais pelo nosso produto é essencial. Isso decorre da inovação”, salientou.

Segundo Fernando Medina, “é com exemplos destes, é com atitudes destas, com vontades e competências destas que podemos, neste momento de dificuldade para todos os países, criar oportunidades de emprego, de investimento e de riqueza”. M.R.



## Modernização do parque escolar cria 25 mil empregos

O PRIMEIRO-MINISTRO, José Sócrates, defendeu, numa visita a três escolas secundárias requalificadas no âmbito do Programa de Modernização do Parque Escolar Josefa de Óbidos e Eça de Queiroz, em Lisboa, e Pedro Alexandrino, na Póvoa de Santo Adrião, Odivelas – que esta iniciativa “é uma das melhores formas de combater a crise, porque assim servimos a educação e damos emprego às pessoas”.

José Sócrates, que se encontrava acompanhado da ministra da Educação, Isabel Alçada, recordou que estão “a ser requalificadas 100 escolas públicas secundárias portuguesas e no próximo ano requalificaremos outras 100”. E salientou: “Nunca se fez um esforço assim”.

Com esta aposta na modernização das nossas escolas, sublinhou o primeiro-ministro, “daremos oportunidade de emprego a cerca de 25 mil portugueses”.

Trata-se, adiantou, do “o maior investimento que se fez nas últimas décadas na requalificação das nossas escolas”, correspondendo a um



investimento de 1,2 mil milhões de euros para as 100 escolas actualmente em obra.

“As escolas que temos ambição de requalificar em todo o país são cerca de 330, 350 escolas”, disse José Sócrates, reiterando que “o mais importante é que os portugueses saibam que a melhor forma de combater a crise é apostar no investimento público na requalificação nas nossas escolas, porque assim servimos a educação

e damos emprego às pessoas”.

No final das visitas, o chefe do Governo disse ter sentido que entrava “nos sítios mais modernos do país” e qualificou o Programa de Modernização do Parque Escolar como “um caso notável em Portugal. E um caso que merece não apenas a sua descrição, mas o seu elogio público”.

Já a ministra da Educação, Isabel Alçada, afirmou que “a qualidade do espaço é determinante de uma atmosfera e que essa atmosfera provoca situações favoráveis, menos favoráveis ou até desfavoráveis ao trabalho educativo”, acrescentando que “é um prazer verificar que o efeito é magnífico e verificar esse efeito na forma como as pessoas da comunidade educativa manifestam a sua satisfação”.

# Lançadas medidas de apoio às exportações das PME

A CRIAÇÃO de um fundo de 250 milhões de euros para apoiar operações de exportação das PME, a par da aprovação do Programa Inov-Export, destinado a ajudar à inserção, numa primeira fase, de 500 jovens especialistas em comércio internacional e em fases subsequentes atingir os 1500 quadros, a abertura de 14 lojas da exportação, ou ainda a criação do Conselho Coordenador para a Internacionalização, foram algumas das medidas aprovadas em Conselho de Ministros de 19 de Novembro, tendo em vista a estratégia de internacionalização da economia nacional.

Só através de uma forte aposta no aumento das exportações será viável estimular de imediato o crescimento económico do país e perspectivar a promoção e renovação da base produtiva.

Com a aprovação destas medidas, acredita o Executivo socialista, será possível, por um lado, baixar o défice externo e, por outro lado, promover a estratégia de recuperação económica, ajudando Portugal a posicionar-se no novo panorama económico internacional como um



país mais competitivo e com maior capacidade produtiva.

## Alterações ao OE

Nesta reunião do Conselho de

Ministros, o titular da pasta das Finanças, Teixeira dos Santos, anunciou que o Governo vai apresentar no Parlamento “uma alteração da Lei do Orçamento”.

Trata-se, segundo o titular da

pasta das Finanças, não de um orçamento rectificativo, pelo menos no sentido de ser uma proposta destinada a modificar o tecto da despesa, fazendo-o subir, já que “não estamos perante uma

derrapagem na despesa”, mas antes uma proposta redistributiva que visa enfrentar um cenário de “insuficiência de receita devido à conjuntura”.

Na opinião do ministro das Finanças, e em linhas gerais, a Assembleia da República será confrontada com uma proposta de orçamento redistributivo, que dará uma maior capacidade de financiamento ao Estado, “reduzindo o limite de financiamento previsto para o programa de garantias e recapitalização da banca”.

O ministro de Estado e das Finanças disse acreditar que a oposição não colocará obstáculos à aprovação desta alteração ao OE/2009, advertindo que se tal viesse a suceder o cenário mais provável seria a paralisação do Governo, já que “estaria em causa o financiamento do Estado”.

Teixeira dos Santos estimou em 4900 mil milhões de euros a variação do limite de endividamento presente nesta alteração ao OE/2009, garantindo que a proposta governamental “não aumentará a despesa”.



## Governo disponibiliza 3,9 milhões de euros ao Exército

COM vista a melhorar as infra-estruturas de recepção dos equipamentos de combate e as infra-estruturas da Escola de Infantaria, o Governo vai disponibilizar 3,9 milhões de euros ao Exército português.

O anúncio foi feito pelo ministro da Defesa Nacional, Augusto Santos Silva, no final de uma visita ao Comando Operacional do Exército, em Oeiras

Santos Silva concluiu no dia 20 de Novembro a ronda de visitas oficiais de apresentação aos três ramos das Forças Armadas, acompanhado pelo secretário de Estado da Defesa e dos Assuntos do Mar, Marcos Perestrello.

Em declarações à Comunicação Social, o governante garantiu que a aquisição de helicópteros ligeiros “é uma prioridade”.

“Esperamos que estejam disponibilizados

em 2012 e que cheguem ao Exército em 2013”, adiantou, acrescentando que, no que respeita à aquisição das viaturas Pandur, “há um processo de entregas até ao final de 2009”.

Augusto Santos Silva anunciou também que em Dezembro próximo visitará as tropas destacadas no Líbano e no Kosovo.

“Em Janeiro de 2010 irei fazer o mesmo no Afeganistão”, disse o ministro da Defesa que, após as habituais honras militares, contactou com os generais que integram o Comando Superior do Exército.

Na sala de operações, o ministro falou directamente e através de um sistema de videoconferência com os responsáveis que se encontram no Kosovo, Líbano e Afeganistão, que lhe fizeram um ponto da situação sobre o que se está a passar no terreno. M.R.

## Património edificado objecto de levantamento nacional

A MINISTRA da Cultura anunciou que está em curso um levantamento exaustivo do património edificado em Portugal, considerando a iniciativa “um instrumento fundamental” para se poder “prever, antecipar e planear” a sua reabilitação de forma integrada e numa perspectiva nacional.

Para Gabriela Canavilhas, esta acção deverá estar concluída no prazo máximo de um ano e incluirá também a protecção e cronograma dos projectos de reabilitação numa perspectiva de reabilitação nacional e integrada.

A titular da pasta da Cultura falava à margem do Colóquio “Património Cultural – Ir Mais Além”, uma iniciativa do Centro Nacional de Cultura, que decorreu nas instalações da Fundação Gulbenkian no âmbito do lançamento do livro “Heritage and Beyond/Le patrimoine et au-delà”, editado recentemente pelo Conselho da Europa.

Quanto ao montante ou a percentagem do orçamento da Cultura direccionadas para o património, Gabriel Canavilhas, não querendo adiantar números, não deixou de lembrar que uma iniciativa deste género “acarreta sempre em termos orçamentais um conjunto importantes de verbas”.

Na sua opinião, o património, numa perspectiva nacional e integrada, “deve ser visto, analisado e planificado a longo prazo”, sendo esta também uma razão “por que está a ser elaborado o levantamento sobre o estado do património”.

Só após este trabalho estar concluído, dis-



se, será possível “preparar a montante outro tipo de acordos, similares ou não ao cheque obra e outras parcerias públicas ou privadas”, que poderão vir a “constituir novas fontes de receita”.

A propósito do cheque-obra, a ministra referiu a importância desta parceria público-privada, que envolve o seu ministério, mas também os ministérios das Obras Públicas, Finanças, Trabalho e Educação, acentuando que “em pouco mais de nove meses” este programa “gerou mais de dois milhões de euros” em obras de recuperação do património imóvel classificado. R.S.A.

## OPINIÃO

PAULA NOBRE  
DE DEUS

*Os partidos à direita e à esquerda do PS têm de fazer o luto de não terem sido eles a ganhar as eleições legislativas e, de uma vez por todas, respeitarem o voto dos portugueses*

## GATO ESCONDIDO COM O RABO DE FORA

NO DEBATE no Parlamento sobre o programa de Governo ficou clara a necessidade dos partidos políticos na oposição saírem do impasse político em que se encontram desde 27 de Setembro, altura em que o Partido Socialista ganhou as eleições de forma democrática. Este impasse decorre de não se conformarem com o facto do PS ter perdido a maioria absoluta mas ter mantido a maioria.

Num país democrático é fundamental que se interprete correctamente o sentido de voto dos cidadãos. A realidade é que quem ganha as eleições sem atropelos de ninguém, de forma justa, tem legitimidade para governar. E quem perde deve assumir a sua condição de partido da oposição e respeitar as regras democráticas. Esta é uma condição fundamental num país democrático que quer ir para a frente.

Definitivamente os partidos à direita e à esquerda do PS têm de fazer o luto de não terem sido eles a ganhar as eleições legislativas e, de uma vez por todas, respeitarem o voto dos portugueses. Isto implica que cumpram o seu papel e respeitem as regras. Desde logo, que apresentem contributos para a boa execução das políticas públicas mas no respeito pelo programa de Governo, que aliás decorre do programa eleitoral do PS.

No Parlamento devem exercer com rigor o papel de escrutinadores das prioridades apresentadas pelo Governo: relançar a economia e promover o emprego; reforçar a competitividade, reduzir a dependência energética e o endividamento externo, valorizar as exportações, modernizar Portugal; e desenvolver as políticas sociais, qualificar os serviços públicos e reduzir as desigualdades.

A forma como a oposição está a tentar desacreditar o Governo em início de funções, deixa à vista um antiquíssimo vício da nossa cidadania: para se chegar de um ponto a outro, escolhe-se um atalho em vez de seguir em linha recta. Ao invés do que acontece noutros países, e muito recentemente na Alemanha, em que o partido liberal FDP, na oposição, aceitou o convite do conservadores, do CDU/CSU da chanceler Angela Merkel, para fazer um acordo de coligação, aqui os partidos preferem exercer o seu direito de queixa permanente. É a velha questão da ética. Neste caso da maturidade da nossa cidadania política.

Numa sociedade onde ainda se dá mais valor ao parecer do que ao ser, a oposição para não dar parte fraca age como se lhe tivesse sido atribuída legitimidade para governar. O mais curioso é que nenhum dos partidos aceitou o convite do Governo para fazer uma coligação que lhe desse, esta sim, a oportunidade de negociar o programa de Governo. Mas seria expectável que assim fosse quando se arrogam o direito de criticarem tão duramente o seu programa.

Com o clima que a oposição está a criar ao Governo e o Inverno à porta, é caso para recomendar à oposição: "Tirem-lhe a pele e façam um casaco". O único senão é que um país com os problemas estruturais como o nosso e com uma crise internacional com o impacto que esta teve, precisa de uma cidadania política com visão de futuro, responsável, no Governo e na oposição.

Como diria Mário Soares, Portugal não necessita de nenhum pessimismo doentio quanto ao futuro, antes pelo contrário, precisa de uma vitalidade política verdadeiramente excepcional. É isto que se espera de um país democrático na rota do desenvolvido e da modernidade.

## Governo açoriano investe em equipamentos sociais para idosos



PARA responder ao problema decorrente do crescente envelhecimento da população do arquipélago, onde algumas ilhas já têm mais idosos do que jovens, o Governo Regional dos Açores vai investir mais de 14 milhões de euros em equipamentos de apoio social aos idosos.

"Todos os indicadores demográficos apontam para a necessidade de uma preocupação acrescida com este grupo etário, considerando que o fenómeno do envelhecimento demográfico também se verifica nos Açores", afirmou o presidente do Executivo Regional.

Carlos César falava, no dia 11, na inauguração do Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia das Lajes das Flores, com capacidade

para acolher 22 pessoas, que envolveu um investimento do Governo Regional superior a dois milhões de euros, incluindo o projecto, a construção e o equipamento desta infra-estrutura de apoio social.

O lar, que inclui um centro de dia para a terceira idade, insere-se na estratégia do Executivo socialista de criar "centros de acolhimento com características mais próximas da vivência familiar".

No quadro das políticas de apoio à terceira idade, o Governo de Carlos César pretende privilegiar a manutenção dos idosos no seu meio natural, o que implica "alargar a rede de apoio ao domicílio, criar pequenos lares residenciais e aumentar o número de centros de dia e de noite".

"Não escondemos a preocupação pelo aumento da despesa pública que o crescimento desses equipamentos gera, mas há necessidades que têm de ser supridas", frisou.

Nesse sentido, destacou um conjunto de novos lares e centros de dia em S. Miguel, Terceira, S. Jorge e Faial, cujo investimento ultrapassa 14 milhões de euros e elevará a capacidade de acolhimento da Rede de Equipamentos de Suporte Social ao Idoso para mais de 260 pessoas.

Por outro lado, salientou que o sector privado também se começa a envolver neste sector, estando previsto um conjunto de investimentos que vão criar, no próximo ano, mais 465 lugares de acolhimento para idosos na região autónoma.

## João Ponte eleito para a presidência da Associação de Municípios dos Açores

O SOCIALISTA João Ponte, presidente da Câmara da Lagoa, foi eleito por unanimidade, para a presidência da Associação de Municípios dos Açores.

"Fiquei satisfeito pela unanimidade, que demonstra que todos os municípios estão unidos nesta nova era do poder local na Região Autónoma dos Açores", afirmou João Ponte, que substituiu no cargo uma autarca do PSD.

O PS ganhou a presidência da Associação de Municípios dos Açores na sequência das eleições autárquicas de 11 de Outubro, onde conquistou a maioria dos municípios da região autónoma.

João Ponte disse que a sua primeira prioridade é a "avaliação dos dossiês" dos 19 municípios dos Açores, prometendo "defender os interesses de todas as câmaras" que integram a associação de municípios.





# Presidente do PS/Algarve elogia programa do Governo

AS MEDIDAS de relançamento da economia e do emprego, bem como o reforço das políticas sociais, tendo considerado que estas são prioridades que “se ajustam às necessidades da região” foram elogiadas pelo presidente da Federação do PS Algarve e deputado eleito pelo círculo de Faro, Miguel Freitas.

“Para o Algarve é importante que haja uma prioridade do Governo relativamente à necessidade de imprimir um novo estímulo à economia e ao emprego e de apoio às políticas sociais”, considerou o deputado socialista, defendendo que a estratégia para estas duas áreas deve passar essencialmente pelo apoio às Pequenas e Média Empresas (PME), pela concretização dos investimentos estruturantes para a região, como o Hospital Central e a requalificação da EN 125 e também pela criação de um programa de formação e de emprego.

Agilizar a aplicação dos fundos comunitários e acelerar os mecanismos de apoio às empresas e autarquias, a par do melhoramento do nível de informação, sobretudo no âmbito dos programas QREN, PRODER e PROPES-CAS, constituem as principais linhas de acção defendidas por Miguel Freitas, para revitalizar as PME e relançar a economia regional.

Apontando como objectivo imediato apoiar, por ano, um total de 1500 empresas da região, o líder do PS/Algarve sublinha no entanto que, para além de facilitar o acesso ao crédito que permita a



manutenção do emprego, o referido esforço deve premiar acima de tudo factores que aumentem a

competitividade, com vista à criação de mais e melhor emprego.

Por outro lado, tendo em conta

que “ainda se vive uma situação de emergência”, Miguel Freitas justifica o apoio às empresas no senti-

do de terem acesso ao dinheiro, mas alerta que “não nos devemos afundar numa visão de curto prazo, devendo fazer o relançamento da economia a partir do apoio ao investimento em factores de dinamismo empresarial e na criação de novos empregos qualificados”.

No âmbito da linha estratégica defendida para a região, Miguel Freitas realça ainda a importância da concretização de projectos estruturantes que figuram no quadro de prioridades para o Algarve, entre os quais a requalificação da EN 125 e o Hospital Central, compromisso entretanto assumido pelo Executivo de José Sócrates durante a discussão do programa do Governo na Assembleia da República.

O deputado socialista destaca ainda como medidas fundamentais para a região os investimentos no parque escolar e em equipamentos sociais, bem como a aposta na criação de um programa de formação e emprego, no âmbito do qual devem ser tomadas em linha de conta as especificidades regionais, designadamente no que concerne à sazonalidade das principais actividades económicas e à precariedade do emprego.

Relativamente às políticas sociais, Miguel Freitas elogia sobretudo as medidas anunciadas pelo primeiro-ministro quanto ao alargamento das condições de acesso ao subsídio de desemprego e o lançamento do programa Inov-Social, que irá colocar mil jovens licenciados por ano em instituições particulares de solidariedade social.

## Jacinto Serrão é candidato à liderança do PS/Madeira

O SOCIALISTA Jacinto Serrão formalizou no dia 11 a sua candidatura à presidência do PS-Madeira, cujo Congresso está agendado para 23 e 24 de Janeiro.

Jacinto Serrão entregou na Comissão Organizadora do Congresso (COC) o seu compromisso à liderança do partido, sendo o primeiro militante a formalizar a sua candidatura às eleições internas agendadas para 8 e 9 de Janeiro.

“A Madeira precisa de um PS forte e credível para revitalizar e devolver a confiança numa viragem política na Região”, disse.

“Assumo a candidatura para servir o meu partido e a Região Autónoma da Madeira num tempo difícil”, declarou o ex-presidente do PS-Madeira entre 2002 e 2007.

Na reunião do passado dia 9 de Novembro, a Comissão Regional do PS-Madeira marcou para 8 e 9



de Janeiro as eleições internas para o presidente do partido e para os delegados ao XIV Congresso Regional e para 23 e 24 de Janeiro a realização do Congresso Regional, que terá lugar no Funchal.

Vítor Freitas, ex-presidente do grupo parlamentar socialista na Assembleia Legislativa da Madeira, manifestou também a sua intenção em concorrer à liderança do partido na região.

## CONGRESSO DO PS/AÇORES AGENDADO PARA FEVEREIRO

O CONGRESSO do PS/Açores vai decorrer na ilha Terceira entre 26 e 28 de Fevereiro. A decisão foi tomada na reunião no dia 15 da Comissão Regional do partido, confirmando a proposta que tinha sido apresentada pelo Secretariado Regional.

Nesta reunião do principal órgão do PS/Açores entre congressos foi ainda decidido que o presidente do partido, cargo actualmente ocupado por Carlos César, será eleito entre 29 e 31 de Janeiro.

Neste período, todas as secções do PS/Açores vão também eleger os órgãos de ilha e os delegados ao congresso.

Entretanto, o actual líder do PS/Açores, Carlos César, já anunciou que pretende recandidatar-se ao cargo.

Na reunião da Comissão Regional, que teve lugar em Vila Franca do Campo, na ilha de S. Miguel, os 59 camaradas que integram a Comissão Regional do PS/Açores aprovaram também o regulamento e o regimento do próximo Congresso do partido.

# Comunidade Ibero-americana pode e deve participar na construção de uma nova ordem mundial

A COMUNIDADE de países ibero-americanos pode “fortalecer uma visão comum e uma participação na nova ordem regulatória mundial que se está a desenvolver”, defendeu o primeiro-ministro, José Sócrates, no dia 23 de Novembro, na Assembleia da República.

Perante representantes de 16 parlamentos de países que integram esta comunidade, discursando por ocasião da sessão de abertura do V Fórum Parlamentar Ibero-Americano, que decorreu no hemiciclo de São Bento, José Sócrates salientou que “estamos numa altura propícia ao debate e à concertação de posições, porque o mundo está a mudar na regulação económica e está a mudar na geopolítica”.

De acordo com o líder do Executivo português, o mundo, nos últimos anos, assistiu a uma “vitória do multilateralismo”, verificando-se agora uma “necessidade de reforma das instituições políticas mundiais, por forma a haver uma nova representatividade mundial e por forma a corresponder melhor aos anseios dos povos e dos países”.

“O mundo vai mudar na economia e vai mudar na política. Isto dá-nos uma oportunidade de partilhar visões, experiências e de concertar politicamente essa participação na mudança mundial que está acontecer”, acrescentou.

Na sua intervenção, Sócrates apontou como sinais de mudança no mundo a vitória de Barack



Obama, em 2008, na eleição presidencial norte-americana, mas também a entrada em vigor a curto prazo do Tratado de Lisboa da União Europeia, dando um sinal que os Estados-membros europeus se colocaram de acordo no plano institucional.

E dedicou ainda longos minu-

tos ao tema da próxima Cimeira Ibero-Americana, sob presidência portuguesa: o conhecimento e a inovação.

Neste ponto, o primeiro-ministro falou sobre os resultados da aplicação do Plano Tecnológico e de medidas como a “empresa na hora”, sublinhando, perante os

parlamentares ibero-americanos, que Portugal ocupa a primeira posição europeia na disponibilização de serviços públicos por via electrónica.

“É possível fazer mudanças significativas em pouco tempo, se houver prioridades claras e persistência política”, sustentou.

ela “também é o que os cidadãos pobres latino-americanos fazem todos os dias para sobreviverem”.

Iglesias afirmou que o conceito de inovação “não pode ser reduzido à criação de um novo produto tecnológico”, devendo-se alargar a novas medidas nos planos institucional e social. **M.R.**

## Queda do Muro de Berlim trouxe mais liberdade, democracia e paz

VINTE anos após a queda do Muro de Berlim, a Europa tem hoje “mais liberdade, mais democracia e paz” à Europa, contrariando os receios de muitos que viveram essa época, afirmou, no dia 9, o primeiro-ministro, José Sócrates, nas cerimónias que assinalaram o 20.º aniversário da efeméride, na capital alemã.

José Sócrates referiu que as celebrações “são também o momento para fazer justiça ao projecto europeu, que esteve à altura deste momento histórico e correspondeu a esse momento histórico com o alargamento”.

Para o primeiro-ministro, “a inclusão dos países do centro e leste na União Europeia foi um factor estabilidade que deu paz ao continente europeu” e permitiu o reencontro da Europa com a sua história.

“Podemos estar orgulhosos por termos conseguido nos últimos 20 anos construir uma Europa de paz, uma Europa de liberdade e uma Europa democrática”, referiu ainda, acrescentando que “a vitória dos valores democráticos da Europa foi uma vitória conseguida em todo o continente, o que é um facto absolutamente extraordinário”.

A queda do Muro “significou um novo paradigma mundial e obrigou todos os po-



líticos a alterar o seu mapa mental”, recordou o chefe do Governo, acrescentando que “alguns também previram um mundo mais unipolar, mais concentrado ou concebido com base na *pax* americana, da concentração num único bloco, num único país, mais

influente em todo o mundo”.

Contudo, “quem saiu vitorioso deste movimento foi o multilateralismo, as Nações Unidas e os valores da resolução pacífica dos conflitos através da negociação e da diplomacia”.

José Sócrates considerou ainda um privilégio pertencer à geração que viveu o 25 de Abril de 1974 em Portugal, a queda do Muro de Berlim e a abertura das fronteiras na Europa, recordando que a Revolução dos Cravos foi pioneira em relação aos movimentos democráticos no Leste europeu e uma “inspiração” para as suas transformações democráticas.

“Há muitos que dizem com justiça que as revoluções democráticas precursoras do movimento que levou à queda do Muro foram as revoluções democráticas em Portugal e em Espanha, e eu faço essa leitura histórica”, disse.

Estas revoluções, frisou, “alargaram o espaço de influência das democracias e contribuíram para que a ideia democrática florescesse e se desenvolvesse”.

José Sócrates foi um dos convidados de honra da Festa da Liberdade em Berlim, a que assistiram chefes de Estado ou de Governo de todos os países da UE, o Presidente da Rússia, Dimitri Medvedev, a secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, e os presidentes da Comissão Europeia, Durão Barroso, e do Parlamento Europeu, Jerzy Buzek.

# Aumento das pensões e novas regras para o subsídio de desemprego

O PROGRAMA Inov-Social, o alargamento das condições de acesso ao subsídio de desemprego, o aumento das pensões e a revogação das taxas moderadoras para internamento e cirurgia foram algumas das medidas, entretanto, aprovadas pelo Governo.

Em relação às pensões, o Executivo deliberou, tal como José Sócrates tinha já garantido na Assembleia da República, durante a abertura do debate do programa do Governo, o aumento das pensões de 1,25% até 630 euros e de um por cento até 1500 euros, tendo ainda decidido alargar o acesso ao subsídio de desemprego, revogar as taxas moderadoras para internamento e cirurgia no âmbito do SNS, iniciativa que passa a ter efeito já a partir do próximo dia 1 de Janeiro de 2010, e avançar com o programa Inov Social.

Dado que as receitas geradas pelas taxas moderadoras renderam, durante o seu período de vigência, apenas cerca de quatro milhões de euros, o Executivo justifica agora a sua revogação porque a realidade veio demonstrar “que não cumpriram os objectivos para que foram criadas”, pois que quando se avançou com esta iniciativa pretendia-se estabelecer “um efeito pedagógico” na consciência sobre os custos do SNS.

Quanto à razão para que a medida tivesse sido tomada no primeiro Conselho de Ministros logo após a tomada de posse do XVIII Governo Constitucional, justifica-se porque o seu prolon-



gamento para sede do Orçamento do Estado, como recordou Pedro Silva Pereira, no briefing à Comunicação Social “não permitiria que houvesse efeitos logo a partir de 1 de Janeiro de 2010”.

Segundo estimativas já avançadas pelo primeiro-ministro, o aumento das pensões, tendo em conta a inflação verificada, configurará uma efectiva subida do poder de compra dos pensionistas superior a 2%, constituindo, por outro lado, o alargamento das condições de acesso ao subsídio

de desemprego para todos os desempregados com pelo menos um ano de descontos nos últimos dois anos, um importante objectivo no sentido de reforçar a protecção social.

Já em relação ao Inov-Social, o Executivo defende que com a sua implementação ficam garantidas as colocações em instituições sociais a cerca de mil jovens quadros por ano, uma forma, como estima, de apoiar “a modernização destas organizações e de favorecer o emprego dos jovens”. R.S.A.

## Novos governadores civis

O GOVERNO nomeou os novos governadores civis para os 18 distritos de Portugal Continental.

Para Lisboa foi nomeado António Galamba, enquanto que para o Porto e Coimbra foram nomeados, respectivamente, Isabel Santos e Henrique Fernandes.

Para o Governo Civil de Faro, o nome indicado é o de Isilda Vargues Gomes, enquanto para Évora volta a ser o de Fernanda Ramos.

Em Aveiro será José Mota, em Braga, Fernando Moniz, enquanto em Beja, o Governo nomeou Manuel Monge para o lugar.

No Nordeste transmontano, Bragança, o novo governador civil será Jorge Gomes, na Guarda, Santinho Pacheco e em Castelo Branco, o nome indicado foi novamente o de Maria Serrasqueiro.

Santarém terá como governadora civil Sónia Sanfona, Leiria, José Paiva de Carvalho, enquanto para Portalegre o nome escolhido foi o



de Jaime Cordas Estorninho.

Para Setúbal o representante do Governo no distrito será Manuel Macaísta Malheiros, ficando José Pita Guerreiro em Viana do Castelo.

Finalmente, em Vila Real foi nomeado Alexandre Alves Chaves, enquanto para Viseu o novo governador civil será Miguel Gínestal. R.S.A.

### OPINIÃO



MIGUEL FREITAS  
Deputado do PS

*As alterações climáticas constituem mais uma ameaça para a segurança alimentar mundial e acarretam mudanças radicais nos modelos de exploração agrícola e florestal e na gestão dos recursos piscatórios*

## AGENDA ALIMENTAR EM TEMPO REAL

A CIMEIRA Mundial sobre Segurança Alimentar terminou envolta num clima de desilusão. A declaração final não avança novas metas (não foi incluído um marco para a erradicação da fome/má nutrição no mundo, nem tão pouco o objectivo de destinar à agricultura, nos próximos cinco anos, 17% do valor total da ajuda ao desenvolvimento) e foram mais notadas as ausências de líderes mundiais do que as honrosas presenças do Papa Bento XVI e do Presidente Lula da Silva, forte candidato a DG FAO em 2011.

Mas há uma outra leitura desta cimeira. O essencial é manter a segurança alimentar na ordem do dia. Esta cimeira foi uma primeira volta para Copenhaga. É preciso alertar para que a discussão em torno do combate às alterações climáticas não se esgote na “agenda do carbono”. As alterações climáticas constituem mais uma ameaça para a segurança alimentar mundial e acarretam mudanças radicais nos modelos de exploração agrícola e florestal e na gestão dos recursos piscatórios. Tem de haver, pois, um compromisso entre a agenda ambiental, energética e alimentar e as políticas de desenvolvimento. Não se trata de atrasar, mas de investir.

Não se deve desistir do objectivo do milénio de reduzir para metade, até 2015, os níveis de pobreza e de fome (mais de 1.4 milhões de pessoas vivem com menos de um dólar por dia, mais de um bilião de pessoas sofrem de fome e má nutrição). Começa a ser recorrente ouvir dizer que será “improvável”, ou que é um objectivo “irrealista”. Ceder agora significa perder quase irreversivelmente a luta contra a fome.

O desafio é enorme e cada vez mais estreito o caminho a percorrer. (1) Aumentar a produtividade nos países em desenvolvimento, já que é diminuta a margem de expansão das terras agrícolas e as novas condicionantes ambientais imporão limitações aos sistemas agrários intensivos dos países desenvolvidos. Reforçar o investimento em investigação, conhecimento e formação, particularmente em tecnologias adaptadas. (2) Favorecer mercados regionais de proximidade, com a construção de infraestruturas que evitem grandes deslocamentos dos produtos com excessivos custos energéticos. Aumentar a eficiência da cadeia de distribuição e a eficácia no combate ao desperdício. (3) Melhorar o funcionamento e a transparência dos mercados, rumo a um comércio justo. Reconhecer a especificidade dos produtos agrícolas, prever um regime especial para os países menos avançados e fazer respeitar as regras do comércio mundial. (4) A gestão de stocks internacionais e a luta contra a especulação é outro dos domínios onde é preciso avançar. Isto só se fará com estruturas de governação mundial com poderes reforçados de regulação.

Desta cimeira da FAO sai uma novidade, o lançamento de uma “Parceria Global para a Agricultura, Segurança Alimentar e Nutrição”, com uma profunda renovação do Comité de Segurança Alimentar, que passará a integrar, além das agências relevantes das NU, instituições de Bretton Woods e ONG's.

Viram-se, agora, os olhos para Copenhaga. Espera-se que do frio cheguem boas-novas.

OPINIÃO



**VITALINO CANAS**  
Presidente da Comissão de Assuntos Europeus na AR

## A ENTRADA EM VIGOR DO TRATADO DE LISBOA

COMO era desejado por todos aqueles que ambicionam mais democracia, mais transparência, melhor arquitetura institucional, maior proximidade entre as instituições e os cidadãos, mais presença na vertente externa, o Tratado de Lisboa tem finalmente condições para entrar em vigor em 1 de Dezembro próximo.

Deste longo e sofrido processo de negociação e ratificação várias lições se podem tirar, havendo uma que sobressai: a Europa a 27 já não é a Europa a 12 ou a 15. A União Europeia (UE) tornou-se muito mais complexa. Já o sabíamos antes deste processo de ratificação. Mas agora somos confrontados com consequências dessa complexização, que a alguns assusta, fazendo-os suspirar pelo regresso – impossível e, diria, indesejável – de uma União Europeia mais pequena e alegadamente mais coesa do ponto de vista cultural, civilizacional, político e económico.

A natureza das dificuldades surgidas no processo de ratificação permitem prognosticar que será muito difícil no futuro próximo introduzir alterações significativas no Tratado, prefigurando-se um período longo de estabilidade constitucional na Europa.

Nesta hora de triunfo do ideal europeu, podemos talvez começar a esquecer quem, há poucos meses atrás, tenha jurado uma precipitada e ansiosa certidão de óbito do Tratado de Lisboa. Enganaram-se e vão continuar a enganar-se teimosamente. A obstinação contra o aprofundamento de uma Europa democrática, solidária, com valores sólidos, fá-los circular em contramão na história, aqui e na Europa.

Para os parlamentos nacionais, e consequentemente para a Assembleia da República, o Tratado de Lisboa traz boas notícias e novos estímulos. Pela primeira vez, os parlamentos nacionais são encarados pelos tratados não como entidades estranhas à construção e ao funcionamento da UE, mas como peças relevantes do imenso puzzle institucional europeu. Deve-se evitar uma avaliação exagerada do papel dos parlamentos, até porque se poderia ter ido mais longe. Mas esse papel é inegavelmente relevante em várias dimensões.

Assim, a crescer às competências,

que a Assembleia da República já detêm, de fiscalização da actuação do Governo na frente europeia – com especial relevo nos casos em que vigoram mecanismos de cooperação intergovernamental –, de intervenção, através de parecer, em certos processos legislativos europeus e de escrutínio e avaliação de individualidades indigitadas ou seleccionadas pelo Governo para alguns cargos europeus, a Assembleia da República vê-lhe atribuídas pelo menos três novas funções no contexto da UE: de fiscalização das instituições europeias; de co-participação na revisão ordinária, ou em certos processos de revisão simplificados dos tratados; e de veto, ou de retardamento, de algumas decisões das instituições.

Este novo protagonismo dos parlamentos nacionais tem, é claro, contrapartidas. Dos parlamentos nacionais espera-se que assumam com redobrado vigor a condição de agentes e promotores do projecto europeu.

Importa registar que o triunfo do Tratado de Lisboa é também o triunfo de Portugal.

Fora da Europa, Portugal estaria condenado pela dinâmica geopolítica e económica actual a ocupar um lugar crescentemente periférico, totalmente despojado de qualquer capacidade de influência ou de protagonismo ao nível mundial.

Entre essa fatalidade e a possibilidade de desempenhar um papel relevante na construção da União Europeia, Portugal escolheu a segunda opção. Opção largamente compensada com desenvolvimento e modernização, mas também com a visibilidade que nos é proporcionada pelo exercício de altas funções nas instituições.

A esse significativo rol de mais-valias e de sucessos vem agora juntar-se a circunstância de Portugal e Lisboa passarem a ocupar o núcleo central dos lugares simbólicos da União Europeia. Aí ficarão, pode prever-se, muito tempo.

Dir-se-á: coisa pouca, esse posicionamento no centro simbólico da Europa. Direi antes: coisa enorme esta capacidade de um País pequeno continuar a conseguir o que sempre conseguiu, em todas as épocas, não obstante a sua dimensão geográfica: ter uma alma maior do que o corpo.

# Economia portuguesa teve maior crescimento desde há dois anos

A ECONOMIA portuguesa cresceu 0,9% no terceiro trimestre de 2009, em relação ao trimestre anterior, segundo dados do INE. O primeiro-ministro, José Sócrates, considerou que os números agora divulgados sobre o crescimento económico do país são “absolutamente extraordinários”, porque é o terceiro maior da Europa e demonstram que Portugal está a “recuperar” de forma “consolidada”. Trata-se do maior crescimento trimestral dos últimos dois anos.

Segundo Sócrates, este indicador “representa para a economia portuguesa um resultado muito positivo na sequência de todas as medidas adoptadas de combate à crise”.

Trata-se, frisou, “de uma excelente notícia para a economia portuguesa e este é o momento para se dizer aos portugueses, aos agentes económicos, que é preciso ter confiança, que as coisas estão a melhorar e que a evolução da nossa economia distingue-se em toda a Europa como sendo uma das economias que mais rapidamente está a sair da crise”.



Já o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, afinando pelo mesmo diapasão, afirmou que estamos perante “um crescimento mais acentuado do que muitos analistas esperavam e, seguramente, o maior crescimento trimestral dos últimos dois anos, desde antes do início da crise, em 2007”. Teixeira dos Santos acrescentou que “o facto de começarmos a ter sinais

mais fortes de que a crise se vai dissipando embora subsistam algumas incertezas, de haver uma normalização do sistema financeiro e de as medidas de apoio à economia começarem a dar alguns resultados, começa a dar alguma confiança aos agentes económicos, e daí a sua predisposição em investirem e consumirem, o que traz dinâmica à economia”. J.C.C.B.

## Governo proíbe taxa multibanco

NÃO irão ser cobradas taxas pelo uso do cartão multibanco. A garantia foi dada pelo ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, no final da reunião do Conselho de Ministros de 19 de Novembro.

Neste sentido, o Governo aprovou um decreto-lei proibindo a cobrança de taxas pelos comerciantes quando são realizados pagamentos através da utilização de cartões multibanco, medida que abrange ainda a interdição dos bancos cobrarem operações de levantamentos, depósitos ou o pagamento de serviços em caixas automáticas.

Esta proibição é também estendida à cobrança de encargos pelos beneficiários de serviços de pagamento nas operações de pagamento através dos terminais automáticos.

O decreto-lei agora aprovado, acentua o ministro Teixeira dos Santos, visa “prevenir o surgimento de situações indevidas”, algo que, garante, “não se verificou em



nenhuma circunstância”.

A aprovação deste diploma, salienta o ministro, resulta de uma faculdade da lei que permite que fique bem claro que “não serão cobradas taxas pelo uso do multibanco”.

Recorde-se que a eventual possibilidade dos comerciantes poderem cobrar uma taxa pelo uso do multibanco surgiu como resultado de uma transposição para a ordem jurídica portuguesa de uma directiva comunitária relativa a esta matéria.

Contudo, como sublinha o ministro Teixeira dos Santos, nos termos do decreto-lei que transpõe a directiva para a ordem jurídica portuguesa fica reservado através de dispositivo legal subsequente a “possibilidade de o Governo regulamentar a opção que a directiva define de cobrança ou não de taxas no uso dos meios de pagamento em causa”.

Depois de recordar que ao longo dos tempos “têm-se assistido à tentativa por parte do sector bancário de introduzir uma taxa pelo uso do multibanco”, Teixeira dos Santos garantiu que sobre esta matéria não mudou de opinião, congratulando-se pela existência de um banco que é “influyente no sistema bancário” e que tem como accionista o Estado, facto que tem permitido manter “uma linha muito importante de defesa de não cobrança de taxas no uso do multibanco”. R.S.A.